

ATO. 36

2005

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

As relações de género na comunidade pesqueira de Pangane – estudo de caso – 1992-2003

Benigna Gama Cuambe

Tutor: Prof. Doutor Rafael da Conceição

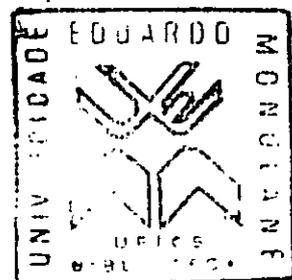
U.E.M. - UFICS	
R. E.	4682
DATA	26 / 07 / 05
AQUISIÇÃO	Open
COTA	

LISTO RAFAEL DA CONCEIÇÃO
Entregar ao registo académico.
12/07/2005

DEDICATÓRIA

Esta dissertação dedico aos meus pais, que Deus os tenha, por terem acreditado em mim e no efeito da educação que me deram e na minha capacidade intelectual e psíquica e também, com carinho aos meus filhos que muito sacrificio consentiram ao longo destes anos de formação e que a partir daí sirva de exemplo, de inspiração e de motivação para que trilhem pelo mesmo caminho e se tornem futuros homens e mulheres, garantes deste país lindo e maravilhoso.

E por último, dedico ao meu companheiro do lar, meu esposo que duma ou de outra forma contribuiu para que não vacilasse e consentiu que este sonho se tornasse realidade.



AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar tenho a agradecer ao IDPPE, Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, na pessoa do seu Director Nacional, o Sr. Simeão Lopes, a Directora Adjunta, a Sr^a Maria de Ascensão Pinto, outros representantes da Direcção, como o Engenheiro Manuel Silva, e em particular o Sr. Barroso Lilição por terem criado todas as condições logísticas, financeiras e morais para que a pesquisa de campo se tornasse uma realidade, através do financiamento vindo do Projecto de Pesca Artesanal no Norte de Nampula e Cabo-Delgado.

Ainda tenho a agradecer e muito o esforço e dedicação do meu tutor, o Professor Doutor Rafael da Conceição. A dissertação no seu todo só foi possível devido aos ensinamentos que ele e os seus colegas de carreira me deram durante cinco anos e principalmente pela orientação clara durante o período da sua elaboração.

Não poderei esquecer-me dos meus colegas pelo carinho que me deram e apoio, mas com particular destaque para o Sr. Daniel Alberto, Marta Mabilane, Nauere, Alzira da Paz José e a Dr^a Cecília Mabote que com afecto ajudou na correcção do trabalho.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal estando indicadas no texto a bibliografia e as fontes que utilizei.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa na sua forma de projecto de investigação é uma tentativa de apresentação das realidades da comunidade de Pangane, em relações de género, económicas, políticas, culturais e psíquicas daquela sociedade com relação à prática da pesca de pequena escala em particular.

O título do trabalho sugere-nos que debruçemos das "Representações de Género na Comunidade Pesqueira de Pangane, no Posto Administrativo de Mucojo, no distrito de Macomia, na província de Cabo-Delgado".

O tema aborda-nos a problemática do género nas comunidades pesqueiras de Pangane, como forma de tentar compreender as relações sócio-económicas, políticas e psíquicas entre homens e mulheres. Também visa tentar compreender a interação das relações de género, processo da divisão do trabalho e os fenómenos sócio-culturais e como interferem na definição do papel do homem e da mulher na sociedade panganense.

Em Pangane, a estruturação das relações de género, associadas a factores sócio-culturais discriminam a mulher na divisão social de tarefas na pesca artesanal e tal facto, coloca a mulher numa situação de dependência sócio-económica em relação ao homem.

O objectivo geral desta singela investigação é de analisar as representações da comunidade pesqueira de Pangane e, o papel do género na pesca artesanal.

De modo a elaborarmos o projecto de investigação houve um processo metodológico que iniciou com a pesquisa bibliográfica nas bibliográficas da cidade de Maputo como forma a familiarizarmo-nos do objecto de estudo. De seguida foi feito um trabalho de campo no terreno (nas aldeias de Ingoane, Nagulue, Simbolango e Cogolo) na localidade de Pangane. E finalmente foi o processo da compilação e análise de dados e, elaboração do relatório preliminar.

Como resultados preliminares constatou-se que na problematização do objecto de estudo, as relações de género entre os panganenses são desiguais e, a mulher é vítima de marginalização e com fraca oportunidade de acesso aos recursos naturais e poder de decisão. Este problema é resultante de herança histórica que foi se transferindo de geração para geração e se cristalizando nas relações estruturais.

CONTEÚDO

1.Introdução

Capítulo I: Aspectos teóricos

- 1.1. Apresentação do problema de pesquisa
- 1.2. A pertinência e/ou justificação do estudo
- 1.3. Objectivos do estudo
 - Geral
 - Específico
- 1.4. Revisão bibliográfica
 - a) O conceito de cultura
 - b) O conceito de pesca artesanal e/ou pequena escala
 - c) O conceito de participação
- 1.5. Quadro teórico
- 1.6. Hipóteses de partida
- 1.7. Metodologia
- 1.8. Caracterização da pesca artesanal e/ou de pequena escala

Capítulo II: Alguns dados sobre Pangane: Situação geográfica e divisão do Posto Administrativo de Muchojo

- 2.1. Dados sobre a população e sua história
- 2.2. Dados etno-linguísticos
- 2.3. As instituições sociais e a comunidade

Capítulo III: A Análise de Dados

A Situação Sócio-Económica da Localidade de Pangane

- 3.1. A organização social, económica e política
- 3.2. A família, a sexualidade e os ritos de iniciação
- 3.3. A família e o casamento
- 3.4. As práticas mágico-religiosas e a religião Islâmica
- 3.5. A mulher e a pesca
- 3.6. Os recursos naturais e/ou pesqueiros e a comunidade

Capítulo IV: Considerações finais

- 4.1. Propostas e resultados esperados
- 4.2. Bibliografia

ANEXO

ABREVIATURAS

ADMAR – Administração Marítima

CFP/EP – Centro de Formação de Pesca – Escola de Pesca

CPA – Censos de Pesca Artesanal

CPs – Combinados Pesqueiros

COM – Comunicação da Comissão Sobre Mainstreaming e/ou Integração (96/67)

DNP – Direcção Nacional das Pescas

DT – Direcção de Trabalho

E.Es – Empresas Estatais

FFP – Fundo de Fomento Pesqueiro

IDPPE – Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala

MP – Ministério das Pescas

PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPAN – Projecto de Pesca Artesanal/Norte do País

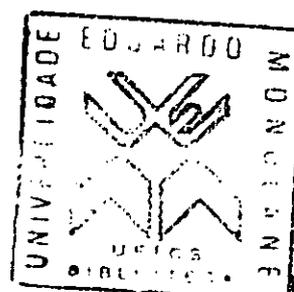
PPE – Projecto de Pequena Escala

PPI – Plano Perspectivo Indicativo

PPABAS – Projecto de Pesca Artesanal no Banco de Sofala

PPANNCD – Projecto de Pesca Artesanal no Norte de Nampula e Cabo-Delgado

UDPPE – Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala



1. INTRODUÇÃO

A escolha da análise à problemática das relações de género nas comunidades pesqueiras¹ de pequena escala e/ou artesanal em Pangane é uma tentativa para compreender as relações sócio-económicas e políticas que se desenrolam entre homens e mulheres naquele meio rural/litoral. A pesca artesanal é uma actividade praticada por muitos moçambicanos de diferentes segmentos do meio rural/litoral e uma das fontes para introdução de divisas para Moçambique e garante de sobrevivência uma parte da população.

Este estudo tem como objectivo analisar as representações da comunidade rural/litoral da localidade de Pangane e o papel dos homens e das mulheres na pesca artesanal.

O estudo inicia com o Capítulo I, o qual faz uma apresentação geral da dissertação em causa; do objecto de estudo, dos objectivos geral e específicos, da metodologia do processo da pesquisa, da problematização do objecto de estudo nas comunidades pesqueiras de Pangane no concernente às relações de género, a pertinência e a justificativa da pesquisa, a revisão bibliográfica, o quadro teórico, as hipóteses de partida e, por último, a caracterização da pesca de pequena escala antes e depois da independência.

O Capítulo II fornece informação sobre a situação geográfica e/ou divisão administrativa do Posto Administrativo de Muchojo onde está inserida a localidade de Pangane, dados sobre a população e a sua história, a situação etno-linguísticos, as instituições sociais e a comunidade.

Em seguida temos o Capítulo III, que aborda a situação sócio económica da localidade de Pangane em relação à organização social, económica e política local, a família e a sexualidade e os ritos de iniciação, as práticas mágico-religiosas e a religião Islâmica, a mulher e a pesca, os recursos pesqueiros e/ou naturais e a comunidade. Este capítulo é considerado como o cerne da questão estudada, pois

¹ Lopes (1994:17), citando Norbert Elias, considera a comunidade em geral como sendo "(...), um grupo de famílias situadas na mesma localidade, ligadas entre si por interdependências funcionais que são mais apertadas do que as interdependências da mesma natureza com outros grupos de pessoas dentro do campo social mais vasto a que a comunidade pertence".

temos as várias representações da sociedade e/ou comunidade. E por último temos as considerações finais.

A realização deste estudo observou três momentos fundamentais: pesquisa de dados bibliográficos, recolha de dados no terreno e sua análise e elaboração do relatório preliminar.

Durante o processo da recolha de dados, foi possível ter a percepção de que as relações de género na comunidade costeira de Pangane são interpretadas e estruturadas de modo a acomodar e perpetuar o poder e a autoridade nas mãos dos mais velhos e estes estão representados na sua maioria por homens, em detrimento das mulheres que ficam relegadas, por vezes, à submissão e à dependência. Durante este processo percebemos que o homem acredita que a mulher ocupa um papel que difere do papel do homem desde tempos remotos e que este é inalterável.

Na sociedade rural/litoral de Pangane, de uma forma geral a mulher é marginalizada na prática da pesca artesanal e em várias outras actividades pesqueiras. Há vários estudos que identificam o facto de ser a marginalização como uma das causas da desigualdade de participação e de falta de oportunidade entre homens e mulheres nos programas de desenvolvimento político, económico, social e psico-cultural, que são levados a cabo um pouco por todo o país e, em particular, no meio rural/litoral.

As limitações identificadas durante o processo da recolha de dados no que se refere a não disponibilidade de obras de consulta bibliográfica específica à pesca artesanal, género, a acessibilidade as fontes vivas obrigou a percorrer quilómetros a pé, e às vezes, não se mostrando disponíveis a colaborar.

Pangane está inserido numa região povoada por animais selvagens e, durante as deslocações o perigo dos animais selvagens pela floresta adentro era permanente.

Neste estudo, o período em análise vai desde 1992 à 2003, o qual abrange uma fase de transição da época do monopartidarismo e o fim da guerra no país, para uma fase posterior, do multipartidarismo e reconstrução do país.

CAPÍTULO I: ASPECTOS TEÓRICOS

1.1. Apresentação do problema de pesquisa

Em Moçambique, nos últimos dez anos, têm-se multiplicado estudos sobre as relações de género de uma forma geral e no âmbito de programas de desenvolvimento comunitário e rural em particular. Uma das razões desta multiplicidade de estudos prende-se com o facto de todas as sociedades modernas considerarem que as relações de solidariedade e interactivas entre o homem e a mulher nas actividades produtivas com vista à sobrevivência e ao bem-estar são uma acção de extrema utilidade para a reprodução das famílias e/ou unidades domésticas².

Este estudo procura entender essas relações produtivas e reprodutivas com vista a sobrevivência dos panganenses e a forma como se articulam as relações sociais e/ou de género entre os intervenientes fazedores destas relações.

Segundo Mongella (2001:26), "As relações do género são formações sociais, envolvendo processos históricos e conflitos de mudança. Elas são reconstruídas diariamente como resultado de acções e idéias de indivíduos e grupos e a forma pela qual a sociedade é governada a todos os níveis, local e globalmente"

No caso em estudo, Pangane, a parentela nas comunidades organiza-se tendo em vista a subsistência e a sobrevivência e deste modo, a mulher panganense cuida da casa, dos filhos e do marido e reconcilia estas actividades domésticas e/ou privadas com outras afins e/ou públicas ou extra-domésticas que complementam as anteriores tais como, a agricultura, a pesca miúda, artesanato, venda de bolos, que segundo algumas mulheres é sempre na perspectiva de garantir o sustento de suas famílias. Esta mulher está assim representada em sociedade porque, segundo elas, durante todo o processo de socialização, elas são educadas a desenvolver primeiro as lidas domésticas e, em segundo plano, a desenvolver algumas actividades extra- domésticas necessárias para a sobrevivência e subsistência.

Em contrapartida, os homens aprendem a desenvolver actividades públicas e rentáveis, e algumas de âmbito doméstico que sejam complementares as da mulher. Segundo os panganenses, o processo de socialização dos homens tem sido no sentido deste, entre

² Meillassoux (1977:62) designou as comunidades domésticas de "células de base de um modo de produção, constituído por um conjunto dessas comunidades organizadas entre si para a produção económica e social e para a reprodução das relações de produção especificamente domésticas".

outras coisas, trazer a renda para a casa. Este homem faz-se representar na pesca de risco, na carpintaria, na construção de casas, na montagem e reparação de redes, na destronca de árvores, na machamba da família, na caça e outras actividades e especialidades profissionais locais consideradas masculinas.

O processo de socialização dos sujeitos é efectivado através da transmissão de um património cultural, de valores, de hábitos, costumes, crenças, de mitos e de ritos, socialmente construídos e que servem de quadro orientador das práticas diárias dos panganenses. Este património é um mosaico de diversas formas de saber que facilitam a vivência dos sujeitos, pois dá-lhes orientação para as suas condutas.

Liberman e Casimiro (1990:15) consideram que é através da socialização que aprendemos a assimilar o papel da mulher e o papel do homem, sendo estes papéis muito diferentes. "O discurso de "um" se diferencia do discurso de "outra", o primeiro define o sujeito, o segundo é definido, é objecto".

O facto de usarmos a condição de mulher como base de sustentação deste projecto de investigação não significa que a olhamos na perspectiva "sexista" ou biológica ou retrógrado que pretende isolá-la do seu contexto social real. É pelo facto de ser o elo mais fraco, isto é, a marginalizada se nos situar a revisitarmos a questão das desigualdades sociais identificadas entre os panganenses.

As desigualdades constituem o foco para a retirada de oportunidades dos sujeitos actores em estudo se tivermos em consideração as entrevistas feitas a alguns pescadores que afirmaram: "*A mulher não pode e nem deve entrar na embarcação com o objectivo de pesca mas pode usá-lo como meio de transporte, pois, dá azar. Esse dia de pesca se converte em dia de prejuízo e desgraça porque nós saímos do mar sem pescado e até correndo risco de morrermos*".

Eles assim acreditam porque, segundo eles, a mulher é um ser que mensalmente "vê a lua" (menstruação) e esse fenómeno dá azar a actividade de pesca porque a mulher não está pura, pelo menos enquanto estiver nesse estado.

Liberman e Casimiro (1990:16) afirmam que "as modalidades da participação da mulher no contexto público são constituídas pela cultura masculina (a cultura dominante) que vai estabelecendo o que é apropriado e bom para as mulheres".

Este procedimento ou comportamento é resultante dos valores sócio culturais adquiridos ao longo do processo de socialização e se vão cristalizando e influenciam sobremaneira na estruturação das relações dos panganenses do dia a dia.

Como explicar este critério da divisão do trabalho que se apoia na teoria de reprodução das relações de dominação dos homens sobre as mulheres?

As relações culturais, as económicas e políticas dos panganenses são socialmente estruturadas colocando os homens em posição privilegiada em detrimento da mulher que fica marginalizada e rodeada de proibições, deveres, restrições e prescrições.

Neste momento precisamos de chegar a um consenso, como encontrar um modelo que ajude a reduzir ou minimizar a desigualdade e permitir uma participação justa para ambos, homens e mulheres e assegurar a igualdade de oportunidades.

Como assegurar uma maior participação e igualdade de oportunidades numa sociedade cuja representação social do poder está associada à masculinidade?

A grande maioria das mulheres desenvolve as suas actividades ou trabalham em tarefas menos rentáveis. Passam a maior parte do seu tempo ocupadas em lidas domésticas se comparadas com os homens panganenses.

Estas são diferenças que se reflectem na **participação por género** (nível de actividade económica) e na distribuição de recursos (tempo, rendimento, oportunidades de profissionalização) se tivermos em conta a divisão de trabalho. As normas e os valores contribuem para escolhas determinadas pelo género em matéria de educação e especialidade profissional e na divisão interna das tarefas e responsabilidades domésticas.

Assim sendo, defendemos uma concepção de **direito de participação e de igualdade de oportunidade** no acesso, controle e gestão dos recursos naturais e/ou pesqueiros e tomada de decisão que imprima desenvolvimento sócio económico sustentável e mudanças sociais na esfera política, material, cultural e psíquica das comunidades de Pangane. Os programas de desenvolvimento devem planificar e implementar projectos abrangentes para ambos, homens e mulheres, como condição **sine qua no** para a sua implementação e execução.

Neste caso concreto em estudo, o princípio pode ser implementado recorrendo às redes de solidariedade sociais existentes nas comunidades as quais são construções sociais que visam responder várias preocupações de âmbito social, económico, político e cultural,

tais como, os quase grupos³ constituídos para a pesca de juvenis praticada por mulheres, pesca no alto mar praticada por homens, as campanhas de pesca nas ilhas, a colheita de arroz, para espantar os animais nas machambas, para celebração de casamentos, falecimentos, na busca da lenha e outros. São quase grupos pequenos e fáceis de gerir e possuem um vínculo histórico bastante enraizado a ser explorado, e deve-se aproveitar e apoiar estes a tornarem-se grupos reais com um objectivo específico bem definido.

Como assegurar que estas redes de solidariedade não continuem a reproduzir a dominação masculina?

As redes sociais são arranjos de pessoas, cuja interacção tem uma dinâmica social e um mecanismo próprio que as regula. É no seio deste mecanismo que é preciso alterar a pouco e pouco a estrutura social, os tabús sócio culturais com efeito negativo e prejudicial ao princípio de igualdade de participação e de solidariedade.

Também deve ser objectivo promover o sistema de participação comunitária de ambos, homens e mulheres, e que concorra para incentivar e mostrar as vantagens e benefícios de participação conjunta através de implementação de projectos e/ou programas participativos isentos de desigualdades sociais por género.

Deste modo, ao estabelecermos o que nós chamamos **parcerias⁴ de acção comunitária**, sócio - económicas estaremos a contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades pesqueiras e do país como um todo de uma forma participativa e servindo-nos das estruturas de base já existentes em cada contexto e/ou realidade.

1.2. A pertinência e justificação do estudo

Os motivos que levaram a proponente a escolherem a localidade de Pangane como objecto de pesquisa ou investigação são os seguintes: a) ter tido a oportunidade de viajar aquela província do norte do país e gozar a oportunidade de efectuar visita exploratória àquele local e outros que permitiram ter opção de escolha; b) O IDPPE, a instituição onde

³ Mayer (1951:140:142) diz que "Uma característica importante do conjunto-de-acção é o número limitado de membros que o compõe, em contraste com a noção de rede ""ilimitada"", o que o torna possível de ser empregado na análise comparativa e no estudo da mudança social. O conjunto-de-acção é uma entidade distinta do grupo, embora o conteúdo "externo" de suas conexões possa incluir relações grupais"

⁴ Dicionário Universal de Língua Portuguesa, Moçambique Editora, 1ª Edição, Maputo, 1999; Este conceito é definido como s. f. reunião de indivíduos para a exploração de interesses em comum.

a estudante trabalha é vocacionada para a promoção do desenvolvimento sócio-económico e o tema é do interesse desta e o curso em causa exige análises em volta dos fenómenos sociais e humanos.

Durante o período exploratório ao terreno em estudo, a estudante, acompanhada de uma colega constituindo uma equipa de trabalho deslocaram-se ao local a fim de fazer uma pesquisa cujo tema é "O Papel da Mulher nas Comunidades pesqueiras de Cabo-Delgado" como tentativa de encontrar caminhos para a definição de uma estratégia de género para a pesca artesanal e/ou de pequena escala.

Contudo, apesar de não ter sido atingido o objectivo último que era a definição de uma estratégia, continua sendo do interesse da estudante, um dia atingi-lo. Este estudo é uma tentativa para contribuir que condições sejam criadas para a satisfação deste objectivo, além de colaborar com o mundo científico.

A realização do trabalho de campo exige entrega do pesquisador, dedicação e imparcialidade perante os factos por forma a garantir que o levantamento de dados, a compreensão dos fenómenos, a problematização sejam mais proveitosas dentro do possível na investigação pretendida.

O Plano Quinquenal do Governo prevê entre outras acções, a erradicação da pobreza absoluta. Em Pangane, o contexto sócio-económico não é uniforme em todas as aldeias da localidade, o que se destaca pela presença de aldeias com mais escassez em recursos do que outras e transformando a luta diária em difícil. A erradicação da pobreza passa necessariamente pela eliminação dos focos que sustentam a desigualdade social e a diferença de oportunidades.

Em Pangane, a desigualdade social e de género é de origem estrutural e as relações estruturais são construções sociais do homem e da mulher no seu dia a dia e as relações sociais e de género acabam sendo o reflexo da aspiração, dos panganenses e em particular dos homens, da sua vontade, da sua astúcia e do seu pensamento.

Apesar da localização de Pangane, esperamos que este estudo sirva de base para que acções possam ser desenhadas e implementadas naquela localidade com vista à mudança sócio-económica, política, cultural e psíquica daquela comunidade.



1.3.Objectivos do estudo

Objectivo geral

O objectivo geral deste estudo é analisar as representações na comunidade rural/litoral de Pangane e o papel de género na pesca artesanal.

Objectivos específicos

Identificar e analisar os critérios que a comunidade rural / costeira de Pangane utiliza na divisão da força de trabalho (homens e mulheres) para as actividades da pesca artesanal.

Analisar o nível de participação dos homens e das mulheres nas tarefas da pesca artesanal

1.4.Revisão bibliográfica

Para desenvolvermos a nossa reflexão vamos operacionalizar os conceitos de **cultura**, **pesca artesanal e/ou de pequena escala**, e **participação**, que de algum modo, podem conduzir para um melhor entendimento do nosso objecto de estudo.

a) O conceito de cultura

O problema de cultura enquanto noção teorizável tem sido polémico pois tem provocado acesos debates e em alguns momentos divergentes sempre na tentativa de encontrar um significado que se adegue e se aproxime à interpretação dos fenómenos estudados.

Segundo Geertz (1988:15) citando Max Weber, diz que a análise deste conceito deve ser essencialmente semiótica. Nesta perspectiva, advoga que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não deve ser vista como uma ciência experimental em busca de leis mas, como uma ciência interpretativa à procura de significado”.

Isto significa que na óptica Geertziana, a cultura é produto da aspiração, vontade, comportamento, acção, hábitos, costumes e usos do Homem e este conjunto reflecte-se no todo que designamos de cultura.

Malinowski (1975:42) pretende que este conceito seja entendido como “(...) integral constituído por implementos e bens de consumo, por cartas constitucionais para vários grupos sociais, por ideias e ofícios humanos, por crenças e costumes”.

Só que este autor falha, pois vê a cultura e as sociedades de uma forma mecânica, desprovidas de dinamismo histórico e temporal e orientadas por modelos universais.

Lévi-Strauss (1967:603) concorda com Malinowski, pois define a cultura como um universo de regras cuja função é assegurar a existência do grupo enquanto grupo e, logo, substituir em tal domínio à semelhança de todos os outros, o acaso da organização.

Bernardi (1974:24), citando Tylor, define a cultura como um complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Contudo, para os panganeenses, cultura é a maneira como se estruturam as suas relações, como interpretam os fenómenos naturais e sociais, a forma como imprimem os seus impulsos, como organizam as suas actividades, como pensam na sua vida, como resultado da interacção social quotidiana naquela comunidade.

Deste modo, o conceito de cultura que nós adoptamos para este trabalho é o de Bernardi (1974:25), que considera **cultura** como sendo um conjunto de maneiras de pensar, de sentir e de agir que sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas servem, duma maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa colectividade particular e distinta.

Todavia tentando fazer um retrato do comportamento das comunidades pesqueiras de Pangane, quanto a nós a “cultura” deve ser vista como uma maneira professada por todos, como um determinado grupo ou comunidade social, que ocupa um determinado espaço geográfico e interpreta fenómenos do seu contexto sócio cultural.

b) O conceito de pesca artesanal e/ou de pequena escala

Todos os tipos de pesca praticados em qualquer lugar do mundo podem ser incluídos em dois grandes grupos fundamentais: *a pesca artesanal e a pesca industrial*. No nosso

trabalho interessa-nos analisar a *pesca artesanal* que engloba os tipos de pesca mais antigos e tradicionais e é praticada principalmente em zonas do globo onde o desenvolvimento científico, técnico e industrial é bastante reduzido.

Os pescadores que praticam este tipo de pesca trabalham isoladamente ou integrados em pequenas tripulações de dois, três ou meia dúzia de companheiros e as embarcações que utilizam são quase sempre de reduzidas dimensões, muito mais adaptadas às condições locais de navegação do que ao tipo de pesca que efectuam, e, quando muito, equipadas com motores fora-de-borda.

Este tipo de pesca está exclusivamente ligado ao consumo local e tem lugar normalmente em lagos, rios, lagunas ou águas costeiras adjacentes à área de registo das embarcações (pesca local).

Caso exista algum tipo de processamento de pescado ligado a este tipo de pesca, os processos utilizados para o efeito são tradicionais, nomeadamente a seca, a salga e a fumagem.

Contudo, nós adoptamos a definição usada na legislação moçambicana, BR nº 3/90, que define a *pesca artesanal* como aquela praticada por embarcações de dimensões iguais ou inferiores a 10 (dez) metros de comprimento. Segundo o regulamento marítimo, estas embarcações podem navegar (exercer a actividade piscatória) até 03 (três) milhas se tiverem convéns aberto e sem motor (propulsão mecânica). Se tiverem motor ou convéns fechado podem navegar até seis milhas. Se tiverem ambas as condições poderão navegar até 12 (doze) milhas náuticas.

A pesca é efectuada com carácter local, produzindo excedentes para a comercialização, sem embarcação ou com embarcação e raramente usa gelo para a conservação de pescado a bordo e fazendo uso de artes de pesca tradicionais.

A escolha desta definição deve-se ao facto desta se aproximar mais à realidade em análise apesar de reconhecer-se grande proximidade de conteúdo entre esta e a anterior.



c) O conceito de participação

Um outro conceito não de menos importância para este estudo, é o de participação. O tema ligado participação constitui hoje um dos pólos centrais de discussão sobre desenvolvimento social ao nível do mundo inteiro, conforme observa Klilberg (1997).

Entretanto, baseando-se na teoria da modernização, alguns autores sustentam que os sectores "atrasados" ou marginais da sociedade devem ser integrados ao pólo da modernidade; outros, afirmam ser necessário romper com o subdesenvolvimento para que os países possam ingressar-se no processo crescente do desenvolvimento.

Algumas destas propostas não ajudam a solucionar a questão que aflige as comunidades ou, por outra, são teorias com visão etno-cêntrica, ou reduzem a participação à mera submissão de valores e normas, e ao cumprimento de papéis e funções por parte dos grupos beneficiários das acções de desenvolvimento. Não ajudam em nada teorias demagógicas com relação à participação dos grupos alvos, se não se levar em consideração as formas concretas de relações sociais que as classes estabelecem entre si na produção de materiais e não materiais, as quais vão definir os tipos e graus de participação em sociedades historicamente estabelecidas.

A participação pode ser usada em duas vias: uma como um meio ou uma maneira para conseguir resultados num projecto ou programa e como um fim ou instrumento para transformação social ao nível da comunidade. A participação não é apenas uma questão que diz respeito aos pobres, ou aos marginais, ela diz respeito às condições básicas de existência do ser humano. A participação é sobretudo uma questão social, por isso, ela constitui-se numa questão a ser reflectida e enfrentada por todos os grupos sociais.

Souza (1999:86) considera que "a participação pode-se traduzir, sobretudo, na distribuição do poder na sociedade. A participação social é um processo contrário à dominação, à concentração do poder".

Os Panganenses classificam a participação como um processo de envolvimento grupal e de entrega individual, pelo facto é partilha de idéias, de valores, de hábitos, de costumes, de práticas e de conhecimentos.

Contudo, nós resgataremos a definição de Francisco (2002:42) citando Demo (1996:18), ao considerar que a "participação é na essência auto-promoção e ela existe enquanto conquista processual. Assim, não existe uma participação que seja qualificada como suficiente, nem acabada. Isso significa que se a participação for tida como

completa, ela começará a se degenerar. A participação não deve ser entendida como oferta, como concessão, como algo preexistente”.

A escolha da definição deste conceito deveu-se ao facto da sua utilidade como instrumento a ser usado caso se pretenda implementar um programa ou projecto de desenvolvimento e este pode conduzir-nos a optarmos pela melhor forma a adoptar para aquela realidade panganense.

1.5. Quadro teórico

Diferentemente das outras formas de saber que a sociedade produz e veicula, a ciência é uma forma de saber cuja transparência se acredita estar na definição e enquadramento dos conceitos e da teoria reguladora que de um lado ajuda a clarificar o objecto de estudo e do outro lado delimita-o, uma vez que em ciência cada objecto representa um fenómeno social multifacetado e capaz de ser analisado sob diversas ópticas.

Ao elaborarmos uma dissertação precisamos de ter um quadro orientador em questões teóricas e nós procuramos oferecer esse instrumento de modo que seja fácil enquadrar os assuntos à volta de um fio de pensamento e de análise.

Quando tentamos falar de género não tem sido tarefa fácil, pois a abordagem em assuntos de género é polémica, complexa e tem provocado acesos debates entre pesquisadores, os académicos, os estudantes, os professores, os intelectuais e o público em geral.

O conceito de género torna-se simultaneamente uma ferramenta analítica e política e pretende-se desta forma, recolocar o debate no campo social, pois é na sociedade, na história e nas formas de representação que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos.

Existem alguns conceitos que constituem o núcleo central dos assuntos de género, e que poderão ser definidos do seguinte modo:

Cabibo (1989:3) considera que as diferenças existentes entre homens e mulheres devem ser analisadas em duas vertentes nomeadamente, uma **biológica e/ou sexo e outra social e/ou género**. Por biológica ou de sexo entendemos as diferenças determinadas biologicamente entre homens e mulheres e estas são universais, isto é em qualquer parte do universo.

Também temos a vertente **social ou de género** a qual pode ser entendida pelas diferenças sociais entre homens e mulheres que são adquiridas durante todo o processo de socialização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre e intra culturas.

Por exemplo, se apenas as mulheres podem dar à luz e os homens podem fecundar (características biologicamente determinadas), a biologia não determina quem se encarregará da educação dos filhos (comportamento influenciado pelo género).

Waterhouse e Vijfhuizen (2001:8) definem género como reflexo de uma construção sócio-cultural de mulheres e homens. É necessário ter consciência que esses processos de construção são ao mesmo tempo reproduzidos e transformados, tanto pelas mulheres como pelos homens. Em Pangane, por exemplo, os ritos de iniciação naquela sociedade em estudo, o tipo de ritos, o tempo de duração das cerimónias no seu todo diferem de lugar para lugar e o seu valor para a sociedade também difere.

Outra vertente de análise das relações de género é através da **igualdade de género**, a qual a entendemos como aquela em que todos os seres humanos são livres de desenvolver as respectivas aptidões pessoais e fazer opções sem limitações estabelecidas por papéis estritamente determinados em função do género; os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de homens e mulheres são igualmente valorizados e favorecidos. A igualdade formal (de jure) é apenas um primeiro passo para a igualdade material (de facto). As desigualdades de género podem ser influenciadas por outras diferenças sociais, tais como a raça, a etnia e a classe. Estas dimensões (e outras como a idade, a deficiência, o estado civil e a orientação sexual) podem ser igualmente relevantes para a avaliação a proceder.

Para atingirmos este objectivo de igualdade de oportunidade, este princípio necessita que seja encaminhado através do "processo de integração", meio sem o qual a desigualdade não reduzirá.

Na Comunicação da Comissão sobre Mainstreaming (96:67) este conceito é definido como o facto de "não circunscrever os esforços de promoção da igualdade à execução de medidas específicas a favor das mulheres, mas antes de mobilizar explicitamente com vista à igualdade o conjunto das acções e das políticas globais".

A dimensão da igualdade deve ser tida em consideração no conjunto das políticas e das acções nas fases de planeamento, implementação, controlo e avaliação de projectos e programas.

Para o caso em estudo é possível encontrar um mecanismo que minimize, atenuar ou elimine a reprodução das relações desiguais e crie um sistema que dê oportunidades e igualdade de participação a todos os intervenientes em todas as esferas da vida social, política, e económica.

A análise das relações de género é mais no sentido de tentar entender os fenómenos que norteiam as relações de poder entre os panganeuses, a divisão sexual do trabalho, o acesso aos recursos, o controle e a maneira como as várias pessoas da comunidade se relacionam entre si e se relacionam com os recursos, o que talvez nos ajudará de maneira a compreendermos as estratégias de vida e de sobrevivência da comunidade, as leis de direito consuetudinário ou normas costumeiras, os mecanismos de funcionamento desta sociedade.

Este trabalho visa analisar como antes foi referido, a comunidade pesqueira de Pangane, as suas regularidades e irregularidades a partir de dados empíricos e observações sobre as relações de género no dia a dia do processo de vida e desenvolvimento das actividades pesqueiras e partindo do pressuposto sócio-cultural e histórico destas comunidades, tendo como destaque as comunidades rurais/litorais.

Conceição (2003:25.17) destaca a pesca como “uma actividade antiga e fundamental para a sobrevivência das populações costeiras em geral. É neste contexto que os recursos marinhos e costeiros ganham um estatuto estratégico”.

1.6.Hipóteses de trabalho

a) *A divisão sexual do trabalho entre o/as pescadores na comunidade costeira de Pangane obedece à dicotomia mulher/casa e homem/rua, adaptada à separação dos espaços feminino e masculino respectivamente.*

Normalmente, alega-se que as hipóteses constituem resposta a problemática identificada. Em Pangane, o maior domínio da mulher insere-se no privado, havendo pouco espaço na área do sector público, se tivermos em linha de conta que a mulher ocupa a maior parte do seu tempo nas lides domésticas e o homem ocupa-o fora de casa.

b)Este critério da divisão do trabalho entre homens e mulheres obedece às regras costumeiras que orientam a vida nesta comunidade.

Estas regras costumeiras em Pangane foram passando de geração em geração, e em torno da manutenção do poder nas mãos dos homens marginalizando a mulher, colocando-a numa situação desfavorecida e vulnerável, sem que com isso tivesse grandes hipóteses de tomada de decisão, controle e acesso deficitário, subsidiando-se na discriminação da mulher em todas as esferas da vida pública e privada.

c)A discriminação da mulher é uma fonte permanente de conflitos na sociedade.

Este facto da discriminação da mulher em Pangane é uma das fontes de conflito mas não pode ser considerada permanente, porque não deve ser vista como um fim em si, mas sim um meio para vários objectivos que remetem ao poder, acesso aos recursos, o controle destes e sua distribuição e isto sustenta a nossa tese segundo a qual, o problema das relações de género de Pangane é de âmbito estrutural.

d)Não é possível um desenvolvimento social sustentável e harmonioso enquanto houver desigualdade de oportunidades nas várias áreas da vida social entre os intervenientes, homens e mulheres.

Se tivermos em linha de conta que a mulher panganense é que assegura a vida doméstica desta sociedade e se considerarmos que a família é a célula base, de facto não é possível um desenvolvimento social sustentável e harmonioso colocando aquela mulher numa situação marginal. O homem não pode caminhar sozinho como é o caso do homem panganense e conseguir mudanças sociais significativas, pois onde há desigualdades sociais há conflitos que directa ou indirectamente afectam a estrutura social e fragiliza-a.

1.7. Metodologia

A realização deste estudo observou três momentos fundamentais: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e análise / elaboração do relatório preliminar.

No contexto deste estudo, a pesquisa bibliográfica consistiu num processo de consulta de livros e/ou relatórios de pesquisa e artigos sobre o nível de participação de homens e mulheres nas actividades pesqueiras de uma forma geral e, da pesca artesanal na zona costeira do norte de Moçambique, em particular.



Em Pemba na capital provincial foram contactadas instituições tais como: IDPPE e Serviços Provinciais de Estatística, na primeira para coordenação do trabalho no terreno e na segunda para recolher dados administrativos sobre o objecto de estudo, para a população, geografia, clima, relevo.

Por seu turno, o trabalho de campo teve por objectivo a recolha de dados etnográficos sobre os quais se desenvolveu a análise e elaboração do relatório preliminar do estudo. Este processo ocorreu na localidade de Pangane e privilegiou entrevistas semi-estruturadas e observação.

No terreno, o trabalho iniciou com o contacto com as autoridades administrativas e locais/tradicionais e as comunidades. O chefe do posto forneceu dados sobre a situação actual do posto e da localidade em particular. Já na localidade fez-se o contacto com o Secretário da localidade, o qual forneceu os dados sobre o poder local e a hierarquia e seu funcionamento.

Com a apoio do IDPPE, já havíamos identificado um guia e intérprete pois não somos falantes da língua local. Apenas no dia seguinte é que iniciamos com a pesquisa em Pangane.

Para o encaminhamento das entrevistas, como tivéssemos acesso a uma lista das famílias existentes em cada aldeia fornecida pelo chefe comunitário, seleccionamos de três em três famílias uma a ser entrevistada. Algumas destas famílias foram entrevistadas em grupo e algumas realizadas de uma forma isolada sempre que se mostrasse necessário.

De modo a tentar cobrir o universo da amostra foram previstas cinquenta e sete famílias a entrevistar na aldeia de Pangane; vinte e seis para Ingoane, dezoito para Nagulue, vinte e sete para Simbolango, e finalmente vinte e cinco para Cogolo o que perfaz os dez por centos do número total do universo das famílias existentes na localidade de Pangane.

Dentre o total por aldeia, foram seleccionados alguns curandeiros, chehes, professores, anciãos, anciãs, mulheres, jovens e foram entrevistadas de forma

individual, assim como os chefes comunitários, chefes dos bairros, e o Secretário da localidade e foi decidido que por cada aldeia devia ser um por cada especialidade com excepção do Secretário da localidade que é o mesmo para todas as aldeias e bairros.

1.8. Caracterização da Pesca de Pequena de Escala e/ou Artesanal

A história da pesca artesanal e/ou de pequena escala em Moçambique pode ser descrita de forma sumária em três fases, o que nos situará em termos contextuais: Apesar de muitos autores reconhecerem a importância sócio-económica da pesca artesanal e considerá-la importante para o melhoramento da economia e grande contribuinte da segurança alimentar das comunidades pesqueiras em particular e do país em geral, pouco se escreve sobre a actividade pesqueira de pequena escala e/ou pesca artesanal. Normalmente a sua abordagem tem sido superficial, embora os seus actores constituam uma parte significativa da população moçambicana.

O IDPPE, no seu mandato de promoção de desenvolvimento da pesca de pequena escala, tem vindo a produzir brochuras, relatórios, mas isto ainda não é suficiente.

Antes da Independência

O sub-sector da pesca artesanal desempenha no país um papel relevante na distribuição de proteínas animais, na criação de empregos, na produção da riqueza nacional e reduz de certa forma a migração da população costeira.

Durante a época colonial foi notória a ausência de uma política visando o desenvolvimento da pesca. Esta fase foi caracterizada pela ausência total de órgãos de Direcção no sector das pescas, pois a política colonial portuguesa ou do império português em Moçambique não a tinha colocado na sua agenda de prioridades, e havia orientado o país apenas como uma sociedade de consumo dos produtos pesqueiros tais como, sardinhas vindas de Portugal, carapau de Angola e pescado Sul Africano. Deste modo, Moçambique de então, estava proibido de produzir no sector das pescas, principalmente a pesca de arrasto.

O sector das pescas fazia-se representar apenas por Missões de Estudos Bio-oceanológicos de pescas de Moçambique (Ministério do Ultramar).

ADMAR (Administração Marítima) apenas representava as Capitánias do Porto, cuja função desta era controlar o pescado que estava regulamentado a ser pescado, por exemplo, o camarão, pesar e encaminhar ao mercado indicado.

1975/1980

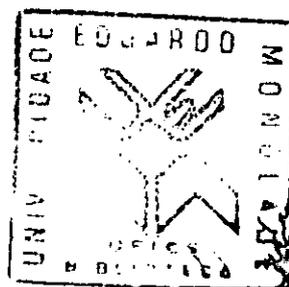
Segundo o documento da CPA (1995:4), até à independência nacional, os investimentos existentes no sector foram abandonados, o que originou uma profunda desarticulação da rede comercial, dos serviços de apoio e da produção.

Até esta fase, uma grande percentagem da população era analfabeta e a maioria dos alfabetizados eram portugueses que depois abandonaram o país. A única solução era dar continuidade à comercialização de pescado importado e seus derivados.

Segundo Gonçalves (2004:8), para a pesca artesanal, na região Centro, usavam-se pirogas como embarcações, e no Norte/Sul eram canoas e barcos. Esta actividade depende muito das condições de acostagem, flutuação das marés, precaridade dos meios, exploração das zonas, valorização do produto e desenvolvimento tecnológico. Em geral, os métodos e as artes de pesca utilizados são similares em quase todas as regiões do país. As poucas diferenças registadas estão associadas às condições físico geográficas e inerentes aos recursos e materiais disponíveis.

No processo de estruturação do sector das pescas, a partir da Hidrotécnica Portuguesa que se dedicava a estudos, surge a Secretaria de Estado das Pescas. A partir daí cria-se a DT e implantam-se os combinados pesqueiros, (CP's), no Ibo, em Metangula, Sopinho e Inhaca.

Estes combinados visavam apoiar a crise ao nível da pesca artesanal, através de programas em mar aberto. Criam-se também as empresas estatais (EE's) de modo a garantir a alocação de meios e comercialização dos produtos pesqueiros e dar continuidade à rede comercial abandonada pelos colonos portugueses. Nesta fase houve também a integração de instalações, serviços e delegações.



Em 1979 são feitos os primeiros censos pós-independência, na pesca artesanal. Do mesmo modo são criadas as cooperativas de produção como estratégia de desenvolvimento da pesca artesanal entre 1979 à 1981.

De modo a responder à falta de quadros no sector das pescas, projecta-se a formação de quadros e cria-se o CFP/EP em 1978 com o apoio do PNUD.

Os colonos de portugueses abandonaram o país como uma estratégia de desestabilização do país, por terem ficado descontentes com a libertação de Moçambique.

Em 1979 é elaborado o PPI, Plano Perspectivo Indicativo, que tinha como objectivo superar a crise. Neste mesmo período inicia a guerra como resultado da estratégia do Vorster representante do Apartheid na África do Sul e do Ian Smith representante da Rodésia do Sul, cujo objectivo era provar ao mundo a incapacidade dos moçambicanos em gerir o seu país.

A partir de 1980 até 1986 é adoptado o PPI, numa fase em que a guerra já estava instalada no país o que causou uma recessão a nível da pesca artesanal. Começa a fase de aprovisionamento, retalhistas e lojistas abandonam o país e a crise piorou, pois havia falta de tudo, inclusivé materiais de pesca. A ignorância também é um dos factores que contribuiu para o agravamento da crise.

O desfalque de stocks de produtos de primeira necessidade e em particular os materiais de pesca, como consequência da guerra e o abandono dos colonos acima referido, contribuiu para que o país perdesse estímulo no sector de equipamentos, construção naval/fiscalização.

A recente guerra de desestabilização destruiu uma grande parte dos meios de produção e causou um êxodo maciço da população rural, de uma forma particular, em direcção às regiões costeiras. Em muitas zonas a rede de comercialização foi destruída e vários centros de pesca ficaram isolados pela impossibilidade de utilização das vias de comunicação.

Empresas que respondiam pelo sector da pesca, em particular a responsável pela PPE,

a então UDPPE desenvolveram acções com vista a reabilitação do sub-sector da pesca, em particular da pesca de pequena escala, subsidiando-se nos já mencionados CP's.

A UDPPE é extinta e em sua substituição nasce o Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE), por Decreto nº 62/98 de 24 de Novembro, instituição que se propôs entre outras acções, a promoção de desenvolvimento sócio-económico das comunidades pesqueiras e da extensão pesqueira por forma a garantir às comunidades do litoral o enquadramento na nova conjuntura da economia do mercado.

Contudo, a localidade em estudo, Pangane, ainda não se beneficiou de acções de vulto desenvolvidas por esta instituição (IDPPE) e ainda não existe um extensionista que a represente, havendo apenas intenções. O apoio que os pescadores têm recebido até este momento, segundo os mesmos tem vindo de algumas organizações não ligadas às pescas, apesar da implementação do PPANNCD previsto para breve.

Nesta instituição, de modo a responder os seus propósitos foram sendo desenhados alguns projectos de desenvolvimento sendo de destacar o PPAN, o PPABAS e por último o PPANNCD, os dois últimos ainda em implementação.

Como em qualquer sociedade, existe uma série de conflitos ligados ao sector pesqueiro, entre os artesanais e os semi-industriais mas, segundo eles não têm a quem encaminhar os seus problemas. Outros conflitos estão ligados ao acesso dos meios de conservação do pescado.

CAPÍTULO II: ALGUNS DADOS SOBRE PANGANE

2.1. Dados sobre a situação geográfica e/ou divisão administrativa do Posto Administrativo de Mucojo

O Posto Administrativo de Mucojo onde está enquadrada a localidade objecto de estudo (Pangane), tem uma superfície de 1.136 km² e limita-se: a norte, pelo Posto Administrativo de Quiterajo, a sul pelo Distrito de Quissanga, a Este, pelo Oceano Índico e a Oeste encontra-se a sede do distrito de Macomia.

Com base no Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, o número de seus habitantes é de 24.360, e possui uma densidade populacional de 21,4 há/km², correspondentes a um número de 4.872 famílias.

Porém, os dados de um recenseamento feito em Janeiro de 2003, consta o número de 24.543 has distribuídos em 18 aldeias oficiais existentes ao nível deste Posto; e este subdivide-se em 4 quatro localidades a saber: Pangane, Naúnde, Manica e a localidade Sede de Mucojo.

Funcionam no Posto as seguintes instituições públicas: Centro de Saúde, Sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Escola Primária Completa, Posto Policial e Administração do Posto. Foi criada no ano de 2003, uma Associação da Juventude, Cultura e Desportos, sem fins lucrativos apenas para orientar e assegurar as actividades recreativas.

Existem dois grupos étnicos a saber: Macua e Muaní, sendo o primeiro grupo o maior, vivendo no interior do Posto enquanto o último, vive ao longo do litoral.

Neste Posto Administrativo foi seleccionada uma localidade, com características rurais/costeiras denominada **Pangane** onde se desenvolveu a pesquisa em causa e para nos situarmos a seguir discriminaremos.

Segundo Faife (2004:5), a costa moçambicana está dividida em quatro zonas de características distintas, sendo Pangane inserida dentro da 1ª zona no norte do país, que vai do rio Lúrio (10° 28's), à ponta Namalunga, (15° 38's). A orla marítima é bastante recortada e constituída por uma sucessão de pequenas praias de área, bancos de coral, rochas e mangal.

A plataforma continental é muito estreita, pontuada de coral, com apenas algumas milhas de largura na sua zona mais larga. Entre a foz do rio Rovuma e a Baía de Pemba, numa extensão de cerca de 140 milhas toda a zona costeira é semeada por um grande número de ilhas que na sua globalidade forma o Arquipélago das Quirimbas. Devido a estas características os fundos são arrastáveis.

2.2. Dados sobre a população e sua história

A população panganense é como tantas outras populações em Moçambique de origem Bantu, e segundo alguns residentes do local, é uma ramificação dos AJahuas e que a ocupação local verificou-se antes da chegada dos Árabes e dos portugueses.

Segundo Medeiros (1997:58), “As antigas populações do litoral de Cabo Delgado, sobretudo a norte do Montepuez, foram, ao longo dos séculos, a matriz das comunidades wamwani e swahili da região ribeirinha do Oceano Índico e da população dita “crioula” do Ibo e Quissanga”.

A população na sua maioria é oriunda de duas tribos, uma de “macaloe” ou (mahato) e veio a descer do planalto de Mueda até este local e a segunda tribo dos “malumbuane” que saiu de milasse “macua” e estas duas juntaram-se e espalharam-se dentro dos mesmos limites geográficos, formando um só povo.

A palavra Pangane segundo alguns anciãos, é de origem Swuahili, e é aglutinada por dois termos: Panga e ngane, sendo panga+ne que fica pangane e o primeiro termo significa enfeitar e ngane significa espaço aéreo. Esta palavra veio com uma parte da população que durante o tempo da escravatura foi deslocada das ilhas das Comores para esta zona e cá se fixou e faz parte hoje deste povo. Normalmente, estas pessoas vinham de passagem para o porto de embarque de escravos e esperavam o dia e a hora para a viagem sem regresso. A sua adopção foi inspirada a partir de uma zona donde uma parte desta população é oriunda, denominada **Ingandhiza**, hoje conhecida por Grandes Comores.

Segundo alguns anciãos, a Ilha em frente a praia de Pangane era um dos portos de escravos, designada a Ilha de Kifula, uma Ilha sem o mínimo de condições de habitabilidade, mas a maioria da população pratica as suas actividades pois é rica em recursos pesqueiros e podemos encontrar pescadores e as mulheres de diversos ramos

sócio-profissionais desde comerciantes de pescado, comerciantes de bolos, ajudantes das embarcações, colectoras de polvo entre outras.

Estas comunidades mwani tinham já, na época a que o nosso estudo se refere, um relacionamento de longa data com os crioulos aportuguesados do Ibo, e também um relacionamento de longa data com os omanitas de Zanzibar, cuja expansão comercial e religiosa e nalguns pontos data do fim do século XVII, princípio do século XIX.

Era pronunciada a estratificação social e religiosa no seio das comunidades wamwani, produto histórico dos contactos afro-islâmicos e indianos com influências europeias.

Rita-Ferreira (1982:279) advoga que entre a Ilha de Moçambique e o Rovuma, os macuas e por vezes os macondes continuaram a hostilizar as autoridades portuguesas durante a primeira década do séc. XIX.

Até meados do século passado, o litoral de Cabo-Delgado vivia do tráfico de escravos e do contrabando que prosseguia sem dificuldades, pois, a Marinha portuguesa ainda não era efectiva naquele ponto do país. Os macuas-lomués foram na época as grandes vítimas durante as catastróficas décadas em que as operações de captura, transporte, venda e exportação de escravos dominaram completamente o panorama político e conómico do Norte de Moçambique.

Os Xeiques e os Sultões prosperaram e alargaram os seus domínios, transformando-se no núcleo dos acontecimentos históricos. A sua actividade conseguiu alterar a cultura tradicional⁵, difundir a religião e os costumes islâmicos, implantar ou reforçar a escravatura doméstica e acelerar a ruína e o despovoamento de extensas regiões.

Os representantes portugueses da época na sua fraqueza e impotência, tentavam sobreviver recorrendo a expedientes efémeros tais como alianças oportunistas com facções rivais.

Rita-Ferreira (1982:281), citando Eduardo Lupi, acentua que a tendência secular das populações do interior, conduzidas por grandes chefes, aproximarem cada vez mais do litoral. Verdico ou não ou por razões de prestígio. Alega tratar-se de descendentes dos conquistadores maraves, dirigidos pelos Rundos.

Dois fenómenos importantes ocorreram nesta época: o tráfico de escravos e as invasões angonis. No litoral setentrional de Moçambique ocorreu, por conseguinte, uma secular

⁵ Siliya (1996:63), diz que "as tradições de todos os povos do mundo constituem parte da sua cultura e que estão interligadas e transformam-se segundo a dinâmica do desenvolvimento da vida social"



mistura biológica e cultural de homens maometanos, patriarcais e escravocratas, com mulheres macuas, por norma parentes dos dirigentes políticos das comunidades matriarcais.

Vilhena (1905) assenta que a actividade puramente comercial dos islamizados se seguiu à conversão dos chefes políticos à religião exógena e a partir dos elementos mais significativos da estrutura social.

Como o comércio entre o litoral e as ilhas de Cabo Delgado e o litoral do Tanganyika e as ilhas adjacentes se foi intensificando durante a segunda metade do século XIX e os dois primeiros do sec XX, a influência do kiswahili de Zanzibar e do kimwani do Ibo, a maneira de vestir e outros traços culturais tais como, certas danças acentuou-se, destacando-se como referência simbólica de toda a população da costa.

Antes da guerra de libertação houve muita fome e chegaram a ter apenas como alimento disponível o *mbhale* (ostra) que confeccionavam com o coco que faz parte da dieta alimentar dos panganenses, por volta de 1950 até o cajú era alternativa; depois de seco e pilado era transformado em alimentação. A região entre Mocímboa e a Macomia foi bastante afectada pela guerra de Libertação de Moçambique. As crises reduziram-se no período pós-independência.

2.3. Dados etno-linguísticos de Pangane e as instituições sociais na comunidade

Aldeia	Nº habitantes	Nº de famílias	Etnia	Língua
Pangane	2850	570	Mwuaní	Kimwuane
Nagulué	895	179	Mwuaní+Macua	Kimwuane+Imacua
Simbolango	1370	274	Macua	Imacua
Cogolo	1235	247	Macua	Imacua
Ingoane	1285	257	Mwuaní	Kimwuane
<i>Total</i>	<i>7635</i>	<i>1527</i>		

Conforme se pode visualizar no quadro acima Pangane-Sede, ou seja, a aldeia de Pangane, é onde temos maior número de habitantes em relação aos outros locais. Pensamos que esta diferença se explica pelo facto de Pangane ter o maior centro de pesca, estar localizado onde já é possível encontrar algumas infra-estruturas sociais, transporte e com uma das melhores praias, o que faz dele o centro das atenções dos

turistas apesar de ainda ser em número ainda bastante exíguo. Este factor faz dele um chamariz e causa, para o fluxo populacional que de princípio ali se desloca temporariamente e por fim fica definitivamente à procura de melhores condições de vida. Geralmente é população oriunda do interior da localidade e outra vinda de Nacala.

2.4. As instituições sociais e a comunidade

Como atrás nos referimos, já começam a surgir algumas instituições sociais, apesar do número ser ainda insignificante. A localidade de Pangane em particular não tem o privilégio de ter estas instituições dentro da localidade mas, o caso dos Postos de Saúde, apenas no Posto Administrativo de Mucojo existe um Posto, sendo a população obrigada a percorrer quilómetros de distância a pé a procura de socorro médico. Há relatos de casos de mulheres que tem enfrentado dificuldades de levar seus filhos ao Centro de Saúde ou elas próprias quando necessitadas de cuidados pré-natais ou pós-natais.

Em tempos havia as chamadas parteiras comunitárias e o pessoal de socorro, mas não existem mais e alegam falta de apoio por parte da Direcção Provincial da Saúde. A doença que mais danos tem causado e até tem levado à morte é a malária, por causa dos mosquitos provenientes dos mangais e as diarreias por causa da qualidade de água porque esta, apesar de ser proveniente de uma fonte, esta não é tratada e por conseguinte não pode ser considerada potável.

Contrariamente à saúde, a situação das infra-estruturas de educação é visível mas são construções com material local e precário. Em cada aldeia das cinco de Pangane, excluindo Cogolo, existe uma escola do primeiro grau apesar da baixa afluência das crianças à escola e maior índice de reprovação principalmente da rapariga devido a casamentos prematuros, gravidez precoce, influência sócio-cultural dos pais que não incentivam nem encorajam a criança a formar-se. Mesmo a criança do sexo masculino quando conclui o nível existente na aldeia não dá continuidade aos estudos pois os pais não dispõem de condições, nem materiais e nem financeiras para que seu filho se desloque a outro local onde exista a escola do nível seguinte.



No período em estudo a situação da efectividade das escolas por localidade era a seguinte:

3 de Março de 2003

ZIP 7

	1ª classe	1ª classe	1ª classe	2ª classe	2ª classe	2ª classe		
	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M
Simbolongo	38	27	65	31	13	44	69	40
Ingoiane	43	33	76	19	5	24	62	38
Cogolo	56	28	84	40	8	48	86	36
Pangane	66	54	120	30	29	59	96	83
Nagulue	10	9	19	13	8	21	23	17
Totais	213	151	364	133	63	196	346	214

	3ª clas.	3ª clas.	3ª clas.	4ª clas.	4ª clas.	4ª clas.	5ª clas.	5ª clas.	5ª clas.		
Escola	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M
Simbolo ngo.	18	11	29	17	7	24	11	2	13	11 5	60
Ingoiane	14	7	21	12	2	14	8	0	8	96	47
Cogolo	16	3	19	10	0	10	0	0	0	12 2	3
Pangane	30	14	44	19	15	34	11	9	20	15 6	38
Nagulue	10	8	18	5	2	7	15	0	15	53	10
Totais	88	43	131	63	26	89	45	11	56	19 6	80

Este quadro mostra que na questão da educação da rapariga com relação ao rapaz, a diferença é abismal, chegando a notar-se classes onde não existem alunos do sexo feminino, o que revela que a sensibilização da educação da rapariga deve partir da própria comunidade. Não basta fazermos projectos bonitos nos gabinetes sem antes convenceremos aos pais e encarregados de educação sobre as vantagens da educação mútua de ambos, rapazes e raparigas pois, ajudará ao desenvolvimento sustentável das comunidades e aliviará de certa forma a pobreza.

Além da educação, outra situação constatada é a do saneamento como sendo grave e preocupante pois além de inexistente, originou uma situação que é um atentado à saúde pública porque as pessoas não têm o hábito de uso da latrina. Isto está relacionado com

questões sócio-culturais porque estas populações foram adquirindo este hábito ao longo do tempo e é assim no interior da localidade e ao longo da costa.

Com excepção de Pangane, Ingoane, Simbolango e Nagulue que possuem cada uma delas duas fontes de água por cada uma das aldeias, a aldeia de Cogolo não tem nenhuma fonte de água e nunca teve, estando a população a consumir água de poço a qual é partilhada com os animais selvagens sob todos os riscos de contaminação. Esta água parece leite e não tem sofrido nenhum tipo de tratamento.

Em relação ao comércio, na maior parte destas aldeias, este é informal, constituído por pequenas barracas ali erguidas e em funcionamento e os preços são estipulados ao belo prazer do vendedor, o que significa que os produtos são caros sem ter em consideração o baixo poder de compra das populações.

Ingoane é a única aldeia onde existe uma loja convencional que vem desde o tempo colonial de um senhor Indiano natural dali. Os preços desta também não são confortáveis para o consumidor, embora venda um pouco de tudo o que seja produto básico.

Em Pangane e Inguane existem dois parceiros privados com câmaras frigoríficas onde o pescador pode vender o seu excedente em pescado ou tentar a sua conservação, mas não é para qualquer tipo de pescado. Apenas compram o de 1ª e de 2ª classes o que significa que a produção feminina em pescado fica na sua maioria excluída, pois não tem o valor comercial desejado. Esta situação põe a mulher, em situação de desvantagem e sem grandes possibilidades de competir o seu desenvolvimento social de forma sustentável.

As estradas ou vias de acesso, com a excepção da que liga Macomia com o Posto Administrativo de Mucojo, estão em péssimo estado, sem condições de transitabilidade. A via é de terra batida e as restantes são aterros com bastante terra o que dificulta o acesso para os locais. Estas últimas estradas foram abertas pela comunidade e com a ajuda de material local, vindo da contribuição das comunidades.

Não há electricidade na localidade havendo outras fontes de energia alternativa e tradicional. Somente existe pequena estância turística e uma casa de hóspedes que vigora desde o tempo colonial e propriedade privada.

As formas de economia das comunidades panganenses podem ser divididas segundo a localização geográfica e a especialidade produtiva, depende das condições locais. A população localizada no interior de acordo com as condições climáticas e de solo dedica-

se à agricultura de sequeiro, enquanto a da costa, dedica-se à pesca e a agricultura de regadio de acordo com as condições que o solo oferece.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS DO TERRENO

A SITUAÇÃO SÓCIO ECONÓMICA DA LOCALIDADE

3.1. A organização social, económica e política

As aldeias de Pangane são constituídas por um mosaico cultural que se pode subdividir em duas partes: O interior faz-se representar por três aldeais, nomeadamente, Nagulue, Simbolango e Cogolo e a parte da costa, por Pangane e Ingoane. A aldeia de Nagulue, uma parte da população tem residências nos dois pontos da localidade, umas no interior e outras na costa ao longo do centro de pesca do mesmo nome. Estas famílias, às vezes, são as mesmas, mas com duas residências.

A organização destas comunidades em termos de ocupação geográfica é por etnias, com estilo de vida totalmente diferente uma da outra, embora ambas, na sua maioria professem o Islão. A tribo dos macuas, que pelo sinal constitui uma parte significativa da maioria da população prefere o interior da localidade pois, prima pela agricultura e pecuária, e a pesca é uma actividade complementar.

A população macua de Pangane sustenta de modo a justificar a sua localização geográfica da seguinte maneira. "nós estamos nesta zona do interior porque não temos medo de trabalhar, nem do trabalho pesado, enquanto os nossos vizinhos, os Mwaní são preguiçosos e gostam de vida fácil".

O segundo grupo, os Mwuani, encontra-se localizado ao longo da costa e tem como base económica a pesca associada à agricultura de subsistência. Neste grupo, homens e mulheres praticam a pesca e a agricultura é desenvolvida maioritariamente por mulheres e é complementar mas indispensável. A pesca de subsistência é praticada como actividade complementar à agricultura e de carácter sazonal, utilizando meios de captura e recolção rudimentares. Apesar da sua sazonalidade, os pescadores, mesmo em tempo de escassez, buscam pescado para as suas famílias.

Na óptica desta comunidade, a mulher é obrigada a desdobrar-se para garantir a sobrevivência da família. O chefe da família destes lares normalmente é o homem mas, na ausência deste, a mulher é a líder da família sob tutela do seu irmão. Quando a necessidade de mão-de-obra surge com grande pressão, até as crianças são obrigadas a trabalhar para ajudar no sustento da casa.

A base de alimentação destas famílias é a *caracata*, uma xima feita de mandioca seca e moída e geralmente acompanhada de peixe ou outro molho possível. No interior da localidade, o peixe fresco é secundário e é substituído pelo peixe seco e muitas vezes consome-se feijão nhemba, inhame, batata-doce e outros produtos alimentares.

Esta população tem características franzinas talvez devido ao tipo de alimentação que não é muito diversificada o que não permite uma boa dieta alimentar.

Existe uma certa tendência para a criação de gado caprino, o qual tem bom porte e é conservado em currais feitos pelo mesmo material com que se fabricam as casas de habitação humana. Esta actividade, se for incentivada, pode ajudar estas populações a desenvolverem-se economicamente.

As embarcações usadas pelos pescadores têm diversas origens. Uns fabricam as suas próprias embarcações sem com isso trabalharem como carpinteiros navais ou para poupar ou porque não têm dinheiro para comprar. Os carpinteiros navais normalmente têm ajudantes no ofício, pois este trabalho, além de delicado, precisa de arte e perícia.

Cadre (20:10:03) observou que "a fabricação de barcos é uma arte e acarreta custos pois a madeira é cara e isso implica marcar um preço no fim do trabalho para compensar os gastos. Isto tem consequências porque se ninguém compra é prejudicial para o fabricante mas, muitas das vezes, os meus compatriotas não têm dinheiro e outros porque na altura não precisam. Por isso, hoje em dia fabricamos barcos por encomenda porque não vale a pena gastar material e dinheiro para o barco apodrecer. É por isso que não existem mulheres na carpintaria porque não é trabalho feminino e é difícil e arriscado".

A população de agricultores dedica-se à produção de arroz, mandioca, feijão nhemba, pesca esta última com pouca expressão sócio-económica e tendo como fontes alternativas a venda de bolos, inhame, fabrico de macuti, de conchas aos comerciantes locais e provenientes da Tanzania. Com relação a culturas de rendimento temos a venda de algas marinhas, cocôs e a casca deste fabrica-se a fibra vegetal que é usada para reforçar as redes de pesca.

Os habitantes da localidade de Pangane participam numa economia rural e estão representados de diversas formas. Nestas aldeias, as famílias subdividem o seu tempo entre a agricultura de sequeiro e a pesca conforme a época e sua sazonalidade. Estes aldeões distribuem-se em várias categorias sócio.profissionais tais como, carpinteiros

navais, aprendizes, processadores de pescado, comerciantes, carpinteiros, pescadores, mergulhadores, agricultores, entre outros.

A actividade de pesca é caracterizada pelo facto dos homens se dedicarem à pesca, usando redes de arrasto de praia, cerco, redes de emalhar de fundo e redes de emalhar de superfície de uma polegada para a captura de pequenos pelágicos, pesca a linha, arma submarina, apanha de polvo, holotúria e ostra. As mulheres dedicam-se também à apanha de polvo, ostra, holotúria, conchas e em particular a pesca de peixe juvenil e usam como artes de pesca a rede mosquiteira, apesar de considerada nociva e utilizam ferros aguçados para a apanha de polvos.

Sulemane (22.10.2003) disse que “antigamente o homem quando fosse a pesca de alto mar não lhe era permitido juntar-se as mulheres e é assim até hoje. É uma forma de evitar conflitos sociais provenientes da desconfiança entre cônjuges sobre a relação de trabalho de sua mulher com um homem estranho”.

A organização para a ajuda mútua nas actividades panganenses, tanto na *kulima*⁶, que significa (agricultura) e na *kulvuha*⁷, que é o mesmo que pesca, é constituída por mulheres de um lado e homens noutro grupo. Estes grupos ou conjuntos de acção não são permanentes em termos de componentes de grupo que nele participam e são em torno de um ego que eles designam líder. A sua constituição depende da confiança entre os membros do grupo, parentesco, amizade, vizinhança e até estatuto social na sociedade, principalmente do ego em torno do qual se forma o grupo.

Cada evento requer esforço mútuo e depende das características do mesmo, como casamento, falecimento, plantio, noivado, *uinuezango*⁸ o equivalente a construção de casas, etc. Este esforço centra-se na contribuição em dinheiro, produtos, trabalho e/ou moral. A colecta da contribuição é feita por uma comissão designada pelo grupo e posteriormente entregue ao chefe do grupo para encaminhamento à pessoa em causa. O trabalho é rotativo e os benefícios são distribuídos a nível do grupo e de acordo com a necessidade de cada um.

A pesca é de natureza diurna e nocturna tanto para os homens como para as mulheres. Nestas regiões as condições de evacuação dos produtos da faina são precárias. A maior

⁶ Kulima, uma palavra usada em geral pelas comunidades do norte do país e que significa agricultura ou prática dela.

⁷ Kulvula, palavra mwaní que significa pesca ou prática desta.

⁸ Uinuzango, palavra mwaní que significa construção de casas em moldes colectivos ou solidários.

parte é de ordem informal, pequenas barracas e venda à porta de casa ou no local de produção e/ou no mercado local. Pangane Sede e Inguane têm câmaras privadas que têm aliviado a produção de alguns pescadores.

O Sr. Latifo Ismael (18.10.03) enfatizou “Quando há excedente da produção agrícola e pesqueira aceito trocas com os meus produtos, vestuário, material escolar para crianças porque para o caso do pescado tenho uma câmara frigorífica”.

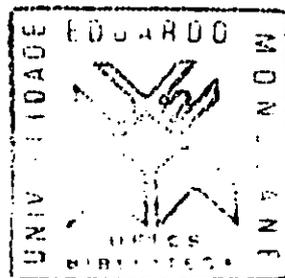
As relações sociais entre as famílias e/ou grupos domésticos panganenses são reguladas com base no parentesco e no direito costumeiro e a filiação é uma convergência de matrilinear com patrilinear, o que se presume seja motivado pela influência da religião islâmica. As relações de linhagem têm vindo a modificar-se ao longo do tempo, do modelo matrilinear para modelo patrilinear, pois na religião islâmica, o poder patrilinear é muito forte e patente. Em suma, a filiação pela via matrilinear tende a diluir-se arriscando-nos a dizer que neste momento é patrilinear porque é normal encontrar famílias em que o casamento obedeceu os princípios patrilineares.

Normalmente estas unidades domésticas, organizadas através de relações de parentesco, têm as suas habitações perfiladas e bem parceladas como se de bairro urbano se tratasse e construções com um modelo comum ao longo da província e na sua maioria de **pau-a-pique**, o que significa que as casas são feitas de estacas, pedra, argila, capim para cobertura e têm um formato de casas ocidentais, as quais são rectangulares ou quadradas.

No interior destas casas encontramos divisões, onde se pode ver um espaço para sala de refeições e quartos e o número depende das possibilidades e necessidades de cada família e/ou unidade doméstica e isto demonstra o princípio do respeito pela intimidade individual e preservação da moral e dos princípios normativos.

“Não posso mandar construir uma casa com uma divisão porque tenho filhos e estão a crescer, há coisas que eles não podem ver nem ouvir dos pais, por exemplo, quando desentendo-me com o meu marido”

Carrilho (2001:47) diz que “a técnica de construção mais corrente da casa de tipo swahili, como na maioria das casas de África Austral, quaisquer que sejam as suas formas, é de pau-a-p.



Este princípio de respeito pela intimidade individual encontra-se tanto a nível do tradicional⁹ assim como nas normas religiosas, o que juntos conseguem formar uma forma de estar e de ser deste povo que o torna de certa forma singular e ímpar através desta parceria de valores religioso/tradicional se esta parceria for vista no sentido paralelo.

Carrilho (2001:44) “sustenta ainda, que em todas as civilizações da história humana, a religião teve sempre um papel determinante na definição dos espaços e na arquitectura dos assentamentos humanos”.

3.2. A família, a sexualidade e os ritos de iniciação

Para abordar a questão da família, sexualidade e ritos de iniciação pressupõe-se que o indivíduo viva em sociedade, dentre outras condições, uma interacção entre homens e mulheres partilhando valores, crenças, ou seja uma determinada maneira de conceber o mundo. Deste modo, para uma convivência harmoniosa, a comunidade estabelece normas de comportamento cuja legitimidade é reconhecida por todos os membros do grupo. A observação rigorosa dessas normas de comportamento na comunidade rural, se não juridicamente, pelo menos moralmente, é obrigatória, e todos os indivíduos que integram a comunidade (como por exemplo, as raparigas, os rapazes) passam por um processo de aprendizagem dessa convivência prescrita.

Alberto (2002:33) advoga que “na comunidade rural, essas regras e normas de comportamento são estabelecidas pela tradição, reguladas pelo direito consuetudinário e transmitidas de geração para geração sob duas formas principais: a que designamos por aprendizagem espontânea, ou seja, aquela em que o indivíduo aprende os padrões culturais do seu grupo social, através da observação e interacção com os outros e, a outra, a que designamos por ensinamentos dirigidos, isto é, processo em que o indivíduo adquire os conhecimentos através de ensinamentos ministrados por certas pessoas especializadas da sua comunidade. Este processo de troca de conhecimentos entre pessoas, designa-se por transmissão cultural”.

⁹ Dicionário Universal da Língua Portuguesa (1999:1446)

define tradição como “um acto de transmitir ou entregar, transmissão oral de lendas, factos, transmissão de valores espirituais de geração para geração, conhecimento ou prática que provém da transmissão oral ou de hábitos inveterados, hábitos, uso.”

É necessário repisar que este processo pressupõe que as práticas são reguladas e qualificadas através da moral e da ética, neste caso da sexualidade, ou seja o conjunto de relações entre as pessoas, através da interacção de valores.

A sexualidade e os ritos de iniciação nas famílias e/ou grupos domésticos panganenses onde estes valores são considerados *tabús*¹⁰ está reservada a uma determinada classe social. Não sendo permitida a sua abordagem, senão pelos mais velhos e os “escolhidos” para o efeito, a sexualidade, em contraste da genitalidade que é basicamente biológica, esta é socialmente construída, daí que coberta de todo um conjunto de representações simbólicas que caracterizam cada meio social.

Loforte, (2000:7) afirma que “Em nome da tradição e seus valores que a norteiam, a sexualidade também legitima através das suas regras e discursos formas de dominação masculina e desigualdade de género. As desigualdades de poder afectam os indivíduos em distintas esferas, designadamente nos seus próprios corpos, no uso destes e no controlo reprodutivo”

A mulher, apesar de ser teoricamente quem na hierarquia da família panganense segue ao chefe da família e em alguns casos ela própria é chefe da sua família, mesmo assim, não tem muito espaço quando se trate de questões relacionadas com a sexualidade no geral e/ou directamente ligadas a si, pois, ela está sujeita a várias proibições sexuais.

As proibições sexuais em Pangane são praticadas durante o processo de socialização e também via ritos de iniciação e estes além de servirem de um veículo de educação do homem e da mulher são um meio onde os mais velhos, mais uma vez exercem o seu poder e legitimam o seu estatuto e autoridade.

É nestes momentos de iniciação do jovem que os adultos vincam mais uma vez a distância que deve existir entre eles e o seu educando e entre este e seu chefe da unidade doméstica ao qual está ligado e que se impõe através das normas, regras, ética sexual e a moral.

Foucault (1985:20) afirma que “para definir a sexualidade é necessário afastarmo-nos dos seus precedentes, pois estes tratavam a sexualidade tendo em conta os factores biológicos e fisiológicos”. Nessa perspectiva Foucault defende uma análise das novas

¹⁰ Dicionário da Língua Portuguesa (1999:1398)

“Tabu, é um termo usado em Antropologia, é o mesmo que restrição ou proibição imposta pela tradição, costume ou religião, aplicando-se a pessoas ou coisas com as quais os contactos são proibidos e, que não pode ser violada sob pena de reprodução ou perseguição social.”

percepções sociais na análise da questão da sexualidade. Daí que se pode constatar que o processo da definição da sexualidade deve ter em consideração todo o conjunto do património socialmente construído como os tabús, a ética, a moral, os preconceitos, o poder, as relações de género e outros.

Uma anciã (uma senhora da aldeia de Cogolo da comunidade que orienta os ritos femininos) enfatizou este facto dizendo, “quando uma criança falta-me ao respeito antes deste acampamento para iniciação e não tenho oportunidade para agir, aproveito neste período para lhe chamar a atenção, falando e batendo um bocado, pois se assim não for nunca mais vou poder fazê-lo porque a religião não admite violência às crianças”.

Este procedimento desta anciã ultrapassa este acto que envolve a sexualidade mas vai além a educação da criança.

O rapaz panganense ao atingir 16/17/18 anos de idade está apto a constituir a sua família bastando cumprir com os ensinamentos adquiridos durante o processo de socialização e ritos de iniciação. À rapariga, ao contrário do rapaz, basta-lhe atingir a puberdade e o aparecimento da primeira menstruação, muitas vezes sem pôr muito em causa a idade é considerada apta a casar-se e pelo facto, em algumas famílias interrompe os estudos e espera que apareça um marido para casa-la pois acreditam que a menina no percurso de casa à escola e vice-versa ela pode ser importunada por homens oportunistas e cometer pecado.

Por detrás desta desculpa existe também o facto de alguns pais quererem ver-se livres desta menina principalmente as mais pobres, pois ela já é um encargo para a família, além de se pensar que ela pode ser a solução para aliviar a família da pobreza. Esta atitude de alguns pais contribui para aumentar o índice da desistência da rapariga na escola e obviamente a sua maior vulnerabilidade na sociedade.

A vida sexual do rapaz é livre dentro dos padrões de comportamento estabelecidos nas famílias panganenses. Em contrapartida a vida sexual da rapariga contém regras rígidas a serem cumpridas perante a sociedade e a igreja. O não cumprimento e transgressão de uma delas é considerado transgressão dos princípios da educação como por exemplo ficar grávida, a jovem é submetida a torturas psicológicas e até físicas em alguns casos, sem para o efeito incluir o jovem com quem a menina se relacionou. Nestas circunstâncias a jovem infringiu a lei costumeira e da igreja, desonrando a família, o meio social e a sociedade em geral.

A jovem panganense é obrigada a manter-se virgem até à data do casamento sob pena de ser excluída do seu meio social, pois para estas comunidades não existe pecado maior que uma filha possa cometer que ultrapasse esse, dado que a virgindade é um dos reflexos da boa educação que a menina recebeu dos pais e que assimilou e é uma forma de salvaguardar o bom nome da família e do papel da igreja pois esta tem bastante significado nas relações sociais entre as pessoas.

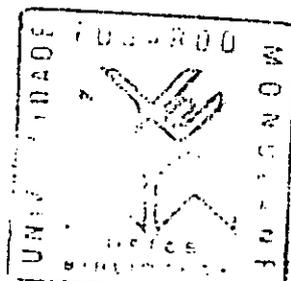
A virgindade nestas comunidades é bastante respeitada e salvaguardada, independentemente das circunstâncias e o tipo de marido que esta jovem vier a ter. O não cumprimento da norma e a não informação ao futuro marido, da perda da virgindade¹¹ até ao dia do casamento, este é livre de abandoná-la após a lua de mel ou manter-se junto do marido e sujeita a todas as conseqüências que podem advir da opção tomada pelo esposo. Ela perde o estatuto de uma esposa normal, digna em relação a jovem que se tenha casado virgem, com o agravante dos pais se sentirem desonrados e humilhados e a sociedade conotá-la de possuir diabo.

Loforte (2000:207) comenta afirmando que “embora a virgindade seja um imperativo cultural defendido ainda por muitas famílias, encorajado pela moral pública e pelos ensinamentos religiosos, as práticas revelam que o comportamento sexual, em certos casos, incorpora algumas mudanças que entretanto ocorrem. Nos últimos tempos tende a ser liberal e permissivo”.

Em Pangane, segundo a opinião de algumas anciãs, as práticas sexuais já começam a sofrer algumas alterações na actualidade com tendência a serem mais liberais, não havendo uma rigidez no princípio tradicional prescrito, o que esta faixa etária considera de imoral e anti-ético a esta mudança.

O mesmo acontece com a gravidez fora do casamento cuja origem é a transgressão da mesma norma. Alguns pais (homens) chegam a abandonar o seu lar, a sua família e a criança recém nascida não tem direito à benção da família, por acreditarem ser filho do pecado e do diabo. Estas inocentes crianças ficam sem direito a serem recebidas pela família e sem os medicamentos tradicionais que são considerados fundamentais pelos panganenses para a prevenção de várias doenças oportunistas típicas da idade.

¹¹ Loforte (1998:8), advoga que “as relações pré-maritais são desencorajadas de uma forma geral para os elementos do sexo feminino, quer pelos pais, quer pelas igrejas que através dos seus ensinamentos condenam as relações sexuais antes do casamento. Entretanto, eles são tacitamente aprovadas para os rapazes.”



Latifa (2003:23:10) disse que “é norma tratar tradicionalmente a criança ao nascer através de ervas e raízes medicinais, acompanhado de rituais mágico-religiosos, de modo a permitir que a criança tenha uma integração e crescimento saudável no seio da família e da comunidade”. Acreditam os panganenses, que quando tal não acontece, a criança estará rodeada de azares e males e não gozará de boa saúde e muito menos viverá como uma criança normal igual às outras.

Segundo os panganenses, os ritos de iniciação constituem um dos elementos que fazem parte de um processo de educação, sexualidade e socialização da criança e do jovem de modo a permitir a sua melhor integração na sociedade e é nestes moldes que deve ser analisada.

O velho Rachid, um dos anciãos, disse que “cada povo tem a sua maneira de educar os seus filhos, então, nós de Pangane temos a nossa. Dona, esta educação não tem nada a ver com aquela da escola, este é o nosso conhecimento e representa o que achamos que é e será útil para os nossos filhos, esta é a nossa escola diferente daquela dos brancos, onde ensinamos a rapariga a ser mulher e o rapaz a ser homem e prepará-lo para enfrentar a vida”.

As cerimónias dos ritos de iniciação, *ngoma ia muanahume*¹² (o equivalente a ritos de iniciação de rapazes), são preparadas pelos anciãos/anciãs e/ou *nekangas*, em coordenação com as famílias das crianças-alvo. Regra geral, as famílias com crianças naquela faixa etária organizam e preparam produtos alimentícios tais como, lenha, mandioca, feijão nhemba, água e panelas que serão usados durante a estadia das crianças no acampamento.

O local de acampamento geralmente é na floresta e deve-se ao facto de se acreditar que o mato ou a floresta oferece uma certa segurança as crianças e aos seus acompanhantes ou instrutores, pois os seus ancestrais lhes darão protecção.

Durante o período em que estas são submetidas à cirurgia até a ferida sarar os pais destas crianças ficam proibidos de manter relações sexuais, pois acredita-se que o contacto sexual dos pais inibe a ferida de sarar e até faz com que ela se alastre. Depois da ferida sarar volta-se a vida normal e as relações sexuais passam a ser toleradas pelo menos uma vez por semana até a criança sair do acampamento.

¹² *ngoma ia muanahume*, é uma expressão que designa ritos de iniciação masculinos.

Estas cerimónias de ritos de iniciação não são feitas no mesmo local e nem têm o mesmo tempo de duração, dependendo do sexo, das regras específicas para cada grupo e idade. Para o caso dos rapazes são submetidos a cirurgias, aulas de educação moral e religioso e as raparigas apenas recebem aulas de educação moral e religiosa durante três dias e algumas práticas do dia a dia como futuras esposas. De acordo com Alberto (2002:37), citando Cipere (1996), isto significa que os neófitos vivem separados dos outros membros da comunidade (na floresta), o que equivale a dizer que se trata do período da Escola Tradicional Temporária.

Qualquer uma destas cerimónias é abençoada, antes de sua realização, profeta uma cerimónia religiosa, *fatheia*, uma oração de petição a **Alah**, o deus dos muçulmanos. A circuncisão, rito praticado para rapazes apenas, é defendida tradicionalmente como útil.

Isto quer dizer que, na sociedade panganense, o ser humano não se torna membro da sua sociedade por ter nascido, é necessário que ele seja formalmente aceite nela, normalmente por meio de ritos de iniciação, e depois desta até a morte, a pessoa é submetida a vários ritos de passagem como prevê Mair (1984:220-221), citando Van Gennep (1965).

Os rapazes são submetidos à circuncisão, uma cirurgia que é feita no órgão genital da criança, puxando a membrana saliente e cortando-a, com a finalidade de garantir a higiene sexual e outros preceitos sexuais do futuro homem, pai e esposo de acordo com a crença dos panganenses.

Estas cerimônias têm sido acompanhadas e observadas por um Agente da Saúde que tem trazido consigo álcool, ligaduras e conhecimento científico para casos de ser solicitado a intervir. Não se faz acompanhar de anestesia pois o posto médico donde vem não tem esse produto para uso corrente. É preciso salientar que o agente da saúde não tem acesso a todos os locais e isso depende da distância e vias de acesso.

Hoje em dia com a campanha contra a disseminação da pandemia do HIV/SIDA no país e nas zonas rurais em particular, as cirurgias são feitas respeitando as normas exigidas pela Saúde pública, onde é aconselhado o uso individual dos objectos cortantes utilizadas para as crianças e assim sendo, cada criança deve trazer a sua lâmina ou faca nova para a sua intervenção cirúrgica.

Os panganenses afirmam ter consciência que a utilização ou a partilha de lâminas pode ser foco de transmissão de doenças infecciosas o que pode prejudicar a cerimónia dos ritos de iniciação ou introduzir nas crianças doenças sem cura.

Esta fase do processo de circuncisão os panganenses designam de rito de transformação, o que pressupõe uma operação simbólica, de provocar a passagem de um estado inferior a um estado superior. A circuncisão é uma conduta de purificação que favorece a desagregação da antiga personalidade e a promoção de um ego novo, quer dizer: morte simbólica seguida de um renascimento simbolizado por um novo estatuto.

Após a realização dos rituais da circuncisão, os dias subsequentes são reservados para o acompanhamento e cura das feridas e enquanto isso as crianças são submetidas às aulas de educação ética, moral e religiosa, onde os instrutores/educadores ensinam as regras de respeito, moral e ética, vigentes naquela comunidade e o Alcorão. Desses ensinamentos podemos destacar, a regra segundo a qual a partir do dia que deixarem o acampamento são outros homens, devem respeitar os mais velhos, os pais, a sociedade em geral e as mulheres.

Durante as aulas fica patente a reprodução do poder patrilinear e da desigualdade quando se insiste junto da criança do sexo masculino a ser homem, futuro chefe da família, único garante da continuidade da família. As aulas são dadas em árabe e consistem em ensinamentos do Alcorão durante um longo período, o suficiente para assimilar. A rapariga apenas tem três dias de aulas, e não recebe aulas intensivas de Alcorão durante esta fase.

A criança do sexo masculino é educada a ser "macho" e não constitui preocupação garantir que a inserção ocorra em paralelo entre o homem e a mulher. A sorte que couber a rapariga não constitui grande preocupação desde que ela siga os ensinamentos dos pais até aparecer um homem que a case e honre a família.

A última fase pós acampamento é designada de rito de reagregação que, segundo L.V. Thomas (1969:603), sucede a várias purificações a que o iniciado foi submetido, este reentra na aldeia, o que geralmente tem sido pretexto para festas geralmente fartas e divertidas, acompanhadas de múltiplos sacrifícios, confissões perante o público e em privado, decorado de jogos, cânticos e danças.

O Senhor Buana Abdala chegou a afirmar que "se a sociedade panganense dependesse de mim, não haveria ritos de iniciação para as raparigas porque elas não precisam,

daquelas aulas que elas recebem é uma brincadeira, é só para dar-nos mais uma despesa e é o pretexto que as mulheres arranjaram para se concentrarem num sítio e festejarem, a mulher não precisa de aprender mas, de cumprir ordens e no futuro ser boa esposa”.

A rapariga é submetida ao *ngoma ia muanamuca*¹³ (ritos de iniciação das raparigas), uma cerimônia que dura três dias, após a primeira menstruação e é orientada por um grupo de *nekangas* (ou anciãs). Estas cerimônias, à semelhança dos rapazes, elas são preparadas e coordenadas pela família das meninas-alvo que estejam na faixa etária dos 12/13 anos de idade. À semelhança dos rapazes, elas são aquarteladas na floresta, na companhia das instrutoras onde têm o mínimo de condições semelhantes às existentes em casa, nomeadamente, panelas, água, produtos alimentícios e uma cabana ou cabanas previamente construídas.

Durante este período elas são ensinadas a saber respeitarem-se, terem em mente que após a aparição da primeira menstruação são consideradas aptas para a reprodução biológica, devendo estar atentas a qualquer relacionamento sexual com rapazes sob risco de uma gravidez, devem respeitar os pais e os mais velhos e estar conscientes que estão aptas para casar..

A partir da primeira menstruação aparecem outras regras para cristalizar ainda mais a desigualdade de tratamento entre o homem e a mulher pois, a rapariga é obrigada, de acordo com a lei costumeira, a usar o *muciro*¹⁴ (um pó extraído de uma planta), como demonstração da virgindade e simultaneamente inibe a cobiça e os olhares famintos e ansiosos dos homens. O *muciro* é colocado durante a manhã e à noite a donzela retira-o, lavando a cara com água morna. Ironicamente passou a ter outra função que a mulher adoptou, servindo para o tratamento da pele pois, põe-na mais lisa e sem borbulhas portanto, converteu-se em produto de beleza feminina, adquirindo assim dupla função.

Cohen (1969:41) advoga que todo o grupo político necessita de símbolos de diferenciação de identidade e exclusividade para definir limites. Isto pode ser conseguido através de diferentes formas simbólicas; emblemas, marcas faciais, mitos de origem, costumes de endogamia, crenças, ancestrais, genealogias, cerimónias específicas (...).

O uso do *muciro* por parte da rapariga é polémico pois não é encarado da mesma forma na sociedade tradicional e na religião. A Igreja acha que não tem significado algum e é

¹³ Ngoma ia muanamuca, expressão que designa os ritos de iniciação femininos.

contra a moral e deve ser encarado como produto de *harramo* contrariando neste ponto a sociedade tradicional, a qual o encara como um dos símbolos culturais da mulher.

Em Cogolo, um senhor casado e adulto e morador naquele local, disse durante a entrevista: “Dona, está a ver esta menina? É virgem e só está a espera de alguém para casar, é filha deste velho chehe, e já não estuda porque já cresceu”.

Ele dizia todo ansioso e com bastante cobiça por cima da pobre menina. Até pensamos que o receio de consumação da nossa suposição é pelo facto de ser filha de chehe e eles respeitam muito pois acreditam possuir poderes sobrenaturais, os quais podem retaliar aos infractores.

3.3. A família e o casamento

Ao tentarmos abordar a questão do casamento é o mesmo que imiscuirmo-nos na vida dos panganenses pois é por detrás deste que se esconde a economia doméstica, as estratégias de sobrevivência, a reprodução social e biológica, as relações de género, o poder, portanto através das relações de produção e de reprodução social¹⁵.

O casamento aparece hoje em dia como uma das maiores formas de interacção das sociedades e uma das instituições mais abregentes que tem facultado a organização social das famílias e/ou grupos domésticos. Em pangane, abandonar a casa, o lar dos pais é sinónimo de contrair matrimónio de forma ilegal.

Nestas condições não se tem em conta a vontade, a idade, o sentimento e a preferência da menina, porque geralmente alguns pais alegam que eles é que sabem o que é bom para a sua filha, mas o mesmo não acontece com o menino pois este tem opções de vida.

O futuro noivo, em alguns casos, tem outras esposas mas isso não constitui impedimento para os pais desde que a jovem assuma o compromisso que se apresenta. Pelo contrário, para eles o homem casado tem maturidade e está a demonstrar virilidade.

Hayek (1994:401) contrariando a atitude da comunidade panganense, advoga que o “Islão prescreve a pureza sexual para o homem e para a mulher permanentemente antes

¹⁴ Segundo uma jovem panganense, “muciro é um pó extraído de uma planta. Para a sua extracção, ficciona-se o pedaço de pau já seco, junto a uma pedra até conseguir um pó fino.”

¹⁵ Iturra (1990:60), diz que “a reprodução social como um processo parece assim consistir no modo como se organizam elementos constituintes estruturais – o casamento, a terra, o trabalho e o conhecimento – que asseguram a continuidade com ou sem mudança da sociedade. No seu ponto de vista o estudo da reprodução social também requer que sejam tomados em consideração os factos da história económica e do

do casamento, durante o *kulomba* e/ou casamento e após a dissolução deste". Este articulado também contraria aquele que prescreve a possibilidade do homem casar sete vezes desde que trate as esposas com iguais condições, porque em termos factuais as esposas seguintes já não encontram este esposo puro.

Quando se prepara a noiva, a mãe desta prepara o enxoval de sua filha, facto que acontece com certa antecedência. O noivo negocia a noiva junto aos pais, acompanhado de representantes da sua família, para efectuar o pedido em casamento da noiva.

Sr.^a Ancha (30.10.03) afirmou que "quando a jovem atinge 17/18 anos sem se casar os pais da jovem ficam preocupados e fazem uma campanha de mobilização de jovens interessados em esposar a filha porque na óptica deles a jovem está a ficar sem hipóteses de arranjar marido."

O nível de pobreza, analfabetismo e ignorância de alguns pais faz com que tomem um posicionamento inadequado mesmo que isso venha a prejudicar a sua filha, desde que satisfeita a sua vaidade e seus interesses pessoais e muitas vezes em nome do zelo da honra e da família.

A escolha do noivo tem sido geralmente legada à jovem mas, vezes há em que os pais impõem o futuro marido da filha principalmente os que publicitam o crescimento da mesma. O valor do *limbaze* "gratificação" é marcado pela jovem noiva pois o que dali sair é suposto ser para ela e fica sob guarida dos pais durante o tempo em que ela estiver no lar. Em caso de divórcio, a jovem deve voltar a casa e encontrar este bem para seu uso pessoal. Normalmente são bens materiais e/ou em dinheiro.

Loforte (1998:11) alega que "A mulher torna-se incapaz de fazer outras escolhas, de adoptar um estilo de vida senão o imposto pela comunidade, pois esta conferirá protecção e segurança se as normas do grupo forem respeitadas".

Para a cerimônia do noivado, a família da noiva prepara bolos e outros alimentos e vai entregar a casa do noivo como resposta ao pedido feito por este e em contrapartida a família do noivo oferece um par de capulanas como agradecimento.

Quem prepara o casamento, marca o dia da cerimónia, é o pai ou os tios maternos na falta do primeiro.

pensamento religioso, na medida em que a variação nos termos materiais e nas idéias tem como resultado uma produção diferente de relações sociais."

No dia do casamento prepara-se uma festa farta. Antes da cerimónia, dão banho a noiva tonificada com muciro (esfregando na pele) com a intenção de pô-la lisa e pronta para a lua-de-mel. Se o noivo descobrir que a noiva não é virgem, a vida em casa da noiva vira um caos. Caso contrário, a festa é de pompa e faz-se publicidade porta a porta com batuques e canções no caminho que vai da mesquita a casa, danças folclóricas e apresentam peças de teatro em toda a aldeia em procissão.

Quanto a designada *limbaze* o equivalente a “gratificação” que normalmente é feito à família da noiva em nome desta não ocorre como se prevê, o que acontece na realidade é que a família da noiva fica a usar esse bem ou dinheiro normalmente mesmo que ela se divorcie não consegue usufruir desse bem. É uma tática astuta usada por algumas famílias que em nome da filha e alegando ser em seu benefício ficam com os bens ou dinheiro e usam-no para outros fins que não os pré destinados.

Afura (25.10.2003) “eu sou divorciada e tive que voltar a casa dos meus pais mas quando lá cheguei não encontrei as minhas capulanas que o meu noivo ofereceu-me na altura e muito menos o dinheiro mas não tive coragem de perguntar aos meus pais”.

Após este casamento, normalmente nascem os filhos. Estes também quando nascem e ainda bebés recebem os seus rituais que acontecem por fases. Ao nascer até os três meses, o bebé recebe o corte do cabelo e este acto é acompanhado de rituais e de uma cerimónia designada *ngondo*. Para a realização desta cerimónia a alimentação sagrada para ela é o arroz ou bolos de arroz, os quais provêm do arroz posto em molho e que vai à secagem. A seguir este arroz é pilado e misturado com leite de coco e em bolas pequenas que são confeccionados em bolos que são distribuídos por cada participante. Em troca recebe oferendas que pode ser em dinheiro ou roupa ou outro presente destinado ao bebé.

Acredita-se que esta cerimónia, além de contribuir para ajudar o novo ser que nasceu em termos de vestuário e à própria mãe, no suporte da criança em termos de necessidades, ela serve para integrar o novo rebento na comunidade ou nova comunidade.

Aos 4 ou 5 anos faz-se o *maulide* que depende das condições de cada família pois consideram uma festa de aniversário do novo ser.

3.4. As práticas mágico religiosos e a Religião Islâmica

Cruz (1989:13) advoga que os fenómenos religiosos inserem-se com toda a naturalidade em duas categorias fundamentais: as crenças e os ritos. É a combinação do

pensamento e da acção. Por isso, a autora propõe que a definição tenha em conta que ela é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, crenças e práticas que unem numa mesma comunidade, chamada igreja, todos quantos a ela aderem.

Nesta análise, a **religião** deve ser encarada como um conjunto cultural susceptível de articular todo um sistema de crenças em Deus ou num sobrenatural e um código de gestos, de práticas e de celebrações rituais, admitindo uma distinção radical entre a ordem natural e a ordem sobrenatural. Toda a religião acredita que possui verdade sobre as questões fundamentais do homem, apoiando-se sempre na fé e na crença. Por sua vez, o rito deve ser visto como a celebração de um culto ou a realização de uma cerimónia feita de acordo com certas regras baseadas na tradição religiosa ou sociocultural de um povo ou grupo social.

Estas comunidades em estudo na sua maioria professam a religião islâmica e segundo eles, é consequência duma herança histórica e familiar, sem com isso deixar de lado a tradição das famílias que caminha lado a lado com a religião.

Esta pesquisa coincidiu no mês em que iniciava o Ramadhan um mês em que muçulmanos do mundo inteiro fazem jejum e no fim do mês com o surgimento da lua, procedem a comemoração através de uma grande festa. Esta festa é o momento em que muçulmanos fazem oferendas aos pobres.

e preparam comidas bastante fartas, entre salgados.

O senhor Rachid um dos chehes locais e influente, informou que o mês de "Ramadhan é um período em que o muçulmano na terra busca a paz de espírito, pede a paz a Alah para os homens no mundo, pede benção para si e para a sua família e para a sua comunidade, e pede perdão dos seus pecados. É um mês de encontro com Deus, é por isso que o muçulmano faz jejum durante 30 dias como forma de cumprir com as escrituras do alcorão".

A religião islâmica em Pangane espelha aquilo que é a sociedade e vice-versa onde se repercute a reprodução da ideologia do poder patriarcal, cujas diferenças do género estão expressas. A maneira como estão estruturadas as relações sociais dentro dela deixa patente a divisão sexual, durante o culto e fora dele, evitando no máximo a mistura destes grupos e promovendo a discriminação. Embora o orador seja o mesmo, a mensagem comum, a abordagem é subdividida conforme o tema e é singularizado.

Neste estudo, partindo do princípio de que a religião tem duas faces, uma tradicional e a outra meramente religiosa, o que pressupõe o acreditar numa força do além que é criadora de todas as coisas e a outra que pressupõe como alega Junod (1974:413) a religião como todos os ritos, práticas, concepções ou sentimentos, crença em espíritos pessoais ou semipessoais dos atributos da divindade e com os quais o homem entra em relação, com o fim de alcançar a sua assistência ou desviar a sua cólera, essencialmente através de oferendas e de preces.

Na religião islâmica, apenas os homens têm oportunidade para dirigir as orações, tornarem-se líderes e realizar outras tarefas. Mas a mulher, apesar do importante papel social que tem desempenhado na comunidade e perante a igreja, não é valorizada, podendo vincar, as redes de solidariedade para momentos de falecimento nas famílias, casamentos, festas nas aldeais, o facto de ser mãe, circuncisão dos filhos, ritos de iniciação das meninas, meninos, actividades económicas entre outras acções.

A separação de grupos verifica-se mesmo durante as refeições passadas no período de Ramadhan. Os homens sentam-se no seu lugar e sua esteira e as senhoras noutro, alegando que se evite o contacto como está previsto nas regras do jejum e este é abrangente para as relações sexuais entre cônjuges.

Hayek (1994:31) salienta que “o jejum prescrito até para as relações sexuais deve-se ao facto de se considerar que a questão do sexo é sempre delicada de ser abordada; aqui são instruídos que mesmo em tal assunto, uma relação clara, franca e honesta é preferível a uma relação fraudulenta e engano de si mesmo. O instinto sexual é comparado ao acto de comer e de beber, ocorrências animais a refrear mas que não devem constituir vergonha.”

Este procedimento do fiel muçulmano perante o sexo, concordamos que se deve ao facto de se considerar que na vida humana, o sexo é um acto que visa a satisfação de uma necessidade biológica e espiritual e se assim é deve ser restringida durante o jejum tal e qual as outras necessidades de modo a se qualificar o jejum de completo.

O homem de Pangane, ao contrário da mulher, goza de prerrogativas e de acordo com o alcorão, tem o direito de realizar até sete casamentos com diferentes mulheres desde que ambas mulheres sejam tratadas da mesma maneira e se lhes ofereça condições de vida iguais, e esta norma coincide, deste modo, com as regras e leis costumeiras e/ou tradicionais, pois, em sociedades mais tradicionais é admitida e tolerada a poligamia.

As relações poligâmicas representam a virilidade e o potencial do homem "macho" enquanto as relações extra conjugais das mulheres representam a desonra da família e severamente punidas e sem contemplações. Há diferenciação na aplicação da lei costumeira não sendo igual para o homem e a mulher e este fenómeno ocorre ao longo de todo o processo de educação e socialização do indivíduo na sociedade e perante a igreja em Pangane.

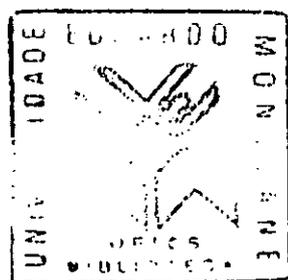
A acção do homem e da mulher faz-se sentir em várias áreas dentre elas, a pesca, a produção de algas, a agricultura, o artesanato, a carpintaria doméstica, a carpintaria naval, a educação, a saúde, a administração local, o poder local entre outros. Nestas diversas áreas é costume e hábito do panganense ter um encontro com Alah e os seus ancestrais sempre que necessário e para a execução de qualquer tarefa, petição de energias para o trabalho, agradecimento em cada dia que passa.

Junod (1974:387) diz que para entender o poder da ancestralidade é preciso conceber que "os antepassados deuses são verdadeiros deuses, dotados dos atributos da divindade" Estes deuses é como se dessem explicação aquilo que o homem não consegue explicar e talvez acreditem encontrar respostas às suas preocupações.

O grupo de pescadores sempre que pretende dar-se ao mar, no cumprimento do seu dever do homem do mar, faz uma oração à beira mar juntamente com a sua tripulação e o chefe (*nahoda*) orienta a oração, pedindo a Alah e aos seus antepassados que os acompanhem ao mar e abençoem a pescaria para de lá trazerem muita produção, proteger toda a tripulação e até as famílias que ficam e assim procedem também os agricultores ou trabalhadores de outras áreas sócio económicas. Eles acreditam encontrar em Alah segurança e sucesso conforme o pedido feito. Esta oração é feita antes e depois da jornada para agradecerem o facto de terem regressado à terra firme em paz e segurança.

O grupo de trabalho das mulheres também faz o mesmo ritual, sendo a oradora escolhida entre elas a mesma que dirige o trabalho e que geralmente coincide com a dona da rede ou da machamba.

Caso esta operação não tenha o resultado desejado, recorrem ao apoio de mágico-tradicionais para em paralelo com os mágicos-religiosos, proceder-se o pedido aos ancestrais de modo a ajudarem a obter mais produção e afastar a desgraça. Nestas comunidades os mágicos-tradicionais são também profíctes da religião islâmica e orientam as suas preces através dela e vezes há em que uma mesma pessoa possui os dois



poderes cumulativamente. É uma crença sustentada pela religião e pela tradição, havendo uma espécie de parceria entre ambas. Só que esta crença nem sempre coincide com o desejo da tripulação como resultado daquilo que são as condições ecológicas do mar em poder ou não fornecer pescado.

A magia acima referida deve ser vista como preconiza Junod (1974:413); que advoga que o termo magia inclui todos “os ritos, práticas e concepções que têm por fim actuar sobre influências hostis, neutras ou favoritas, exercidas quer por forças impessoais da Natureza quer pelos seres humanos que deitam sortes, quer por espíritos pessoais, antepassados-deuses ou espíritos hostis que se supõe tomarem possessão das suas vítimas – sendo tais ritos e práticas inspirados pelos princípios da magia” a que atrás nos referimos.

Num dos últimos dias da nossa estadia em Pangane, um grupo de senhoras voltou do mar de mãos vazias e uma senhora que por sorte era do grupo segredou-nos que a líder do grupo iria ao curandeiro ou ao chehe àquela tarde de modo a resolver o impasse. Em segredo também fizemos questão de colher mais informações a esse respeito e dia seguinte fomos sentar à observar as senhoras a pescarem. Este grupo de senhoras voltou a sair mais uma vez sem pescado.

No nosso entendimento a escassez de produção naqueles dias deveu-se a questões climáticas e ecológicas e não propriamente a Alah e/ou os ancestrais como elas crêem que estivessem zangados e a puni-las. Até pode ter havido, por mera coincidência, esforço de pesca exercido por parte de outros operadores da pesca em dias anteriores.

3.5.A Mulher e a pesca

Na sociedade panganense como anteriormente nos referimos, a abordagem sobre a mulher é o mesmo que estar a associá-la a pesca de pequeno porte dentro da pesca de pequena escala, pois está relegada para o segundo plano e submetida a actividades pouco rentáveis e que requerem muito esforço e tempo de trabalho.

Desde a mais tenra idade, a criança do sexo feminino é educada a ser diferente do rapaz, a não ter as mesmas oportunidades, através da reprodução de relações sociais desiguais.

A *muanamuca* panganense tenta conciliar as actividades domésticas com as económicas de modo a garantir a subsistência e/ou sobrevivência da sua família. O dia a

dia da mulher panganense é preenchido com as actividades domésticas, pesqueiras, produção de algas e agrícolas.

Segundo o Relatório Diagnóstico do IDPPE, (1994:21) a mulher desempenha um papel importante na pesca artesanal. É conhecido o caso da organização colectiva das mulheres "pescadoras" - no Arquipélago das Quirimbas em Cabo Delgado - na pesca do polvo e bivalves. Este caso é o mais importante esquema conhecido de organização feminina do trabalho da captura/recolocção de produtos do mar a nível do País embora ao longo de toda a costa, nas comunidades pesqueiras, se verifiquem casos de produção pesqueira feminina especialmente na recolocção de moluscos e bivalves, sem o grau de profissionalização que se alcançou naquele arquipélago.

Uma parte das mulheres da localidade de Pangane praticam a costa pesca artesanal, produção de algas e a agricultura de subsistência de pouco valor comercial e a outra parte das mulheres do interior, pratica agricultura de subsistência e artesanato e a pesca em alguns locais. A diferença que há entre estes dois grupos de mulheres residentes na costa além da pesca têm a agricultura e outras actividades sócio económicas e as mulheres do interior apenas praticam a agricultura tendo o artesanato como alternativa, sem com isso menosprezar a venda de bolos e fruta, conforme a época.

A actividade pesqueira feminina é feita em grupo de quatro por cada rede existente no caso de pesca e a escolha de parceria é baseada em redes sociais de amizade ou entre membros de um mesma família e/ou de parentesco. Normalmente a rede de pesca mosquiteira é pertença de uma delas, portanto a proprietária convida as restantes para juntas pescarem.

Inziana Namamba, (22:10:2003) elucidou que nesta parceria faz-se um pacto entre as quatro parceiras que pescam, e dependendo do grupo, o produto é dividido ou faz-se a divisão do dinheiro pós venda. A divisão é feita em cinco partes iguais sendo as quatro para cada uma das participantes e a quinta parte para a manutenção da rede e é entregue à proprietária.

Todos os dias o grupo de trabalho encontra-se na praia e antes do início da actividade a chefe do grupo faz uma oração a pedir benção de boa produção e no fim do trabalho faz o mesmo ritual. Esta oração é feita em árabe.

O pescado produzido pelas mulheres até agora representa pouco valor comercial se comparado com a produção dos homens porque elas apenas capturam peixe juvenil,

mariscos, polvo e só de vez em quando é que aparece na sua rede peixe de 2ª e 3ª classe e geralmente é produção para a subsistência da família.

Contudo, o peixe juvenil seco e o polvo seco são bastante apreciados para consumo pela maior parte da população do norte e centro do país o que permite a estas mulheres proceder à sua venda a nível local a comerciantes intermediários que depois levam o produto para Nampula, Montepuez, Chiúre, Pemba, até à Tanzania. O problema tem sido o preço aplicado ao produtor que não compensa o esforço das produtoras indo beneficiar o comerciante que procede à venda, o que não ajuda na mudança da condição social e económica da mulher.

Waterhouse e Vijfhuizen (2001:6) dizem que de acordo com vários documentos e declarações do Governo, considera-se que as mulheres rurais são vítimas de discriminação no acesso à terra e a outros recursos naturais. Particularmente sob as leis costumeiras, alegadamente conservadoras.

Elas trabalham entre elas, primeiro por causa da religião que não tolera mistura de homens e mulheres para a execução das actividades sócio económicas e a própria sociedade que não encoraja o trabalho conjunto entre ambos, promovendo deste modo a reprodução de relações sociais desiguais. Este preceito é contrário ao alcorão, pois segundo Hayek (1994:85), no Islão, a igualdade de condições entre sexos, não somente é reconhecida, como imposta veementemente e justifica-se alegando que se a distinção dos sexos, que é uma distinção fornecida pela natureza, não conta em questões espirituais, muito menos contarão certamente, as distinções, tais como: linhagem, riqueza, posição, raça, cor, origem, etc.

Estas relações são legitimadas pela própria mulher ao acreditar e afirmar que ela não é capaz, que a pesca de alto mar é para os homens, assim o afirma mas nunca teve a oportunidade de aprender outras formas de pescar ou de manusear outro material ou arte de pesca que não seja a rede mosquiteira, apanha de mariscos e polvo.

Gervásio (2001:1) argumenta que “na zona costeira, predomina um mito que considera a pesca como uma actividade masculina”. Este posicionamento das mulheres é reproduzido pela sociedade e principalmente pelos homens e é de certa forma secular e tem relação directa com a cultura e o tipo da divisão do trabalho em Moçambique, se analisado de uma forma geral.

Safira (22:10.03), disse: “eu não sou capaz de pescar no alto mar porque tenho medo e lá é lugar de trabalho dos homens e em segundo lugar, eu não sei nadar, nem pilotar barco”. Será que é necessariamente importante saber pilotar o barco? Óbviamente que é importante mas não imprescindível saber nadar.

Em entrevista a alguns homens pescadores estes afirmaram que “neste momento não existe uma mulher que seja proprietária de embarcações, só em tempos recuados houve uma filha de um régulo que até era mecânica do seu próprio barco. As mulheres não têm barcos e nem são carpinteiras navais por exemplo porque elas não são capazes, mulher não nasceu para isso mas para tomar conta da casa e estar na cozinha, disse Abdala.” Então como é que se justifica a presença daquela filha do régulo no grupo de proprietários de barcos?

O mito de que a mulher não é capaz ou não deve desenvolver algumas actividades julgadas masculinas é pretexto que serve para sustentar a ideologia do poder patrilinial agravando cada vez mais as diferenças de género e tornando a mulher mais vulnerável e pobre. É preciso reter que o mito aqui nesta pesquisa deve ser entendido, como uma narrativa lendária que pertence à tradição cultural de um povo que explica, através do apelo ao sobrenatural, ao misterioso, a origem do universo, o funcionamento da natureza e os valores básicos dessa comunidade.

Com relação aos mariscos, as quantidades conseguidas justificam a venda, mas ainda não apareceu um parceiro que esteja interessado neste produto e em grandes quantidades, servindo apenas para o consumo de suas famílias.

Já a produção de algas é feita sob contrato com os produtores inscritos, homens e mulheres e a empresa GENU Lda. É uma planta marinha que é usada no fabrico de medicamentos e cosméticos, introduzida na zona norte do país a título experimental e que hoje já está a render milhões de dólares aos operadores e ao país, mas o preço aplicado na compra, junto ao produtor é insignificante, custando quatro a cinco mil meticais o Kg de acordo com a qualidade da espécie.

Há conflitos entre a empresa operadora e os produtores, proveniente da aplicação do preço e as relações entre os parceiros estão a deteriorar-se. Segundo alguns produtores, na Tanzânia o Kilogramas de algas secas custa entre setenta a setenta e cinco chelins, dinheiro local e no mercado internacional não é menos de cinquenta dólares, valor esse que o operador não quer confirmar.

A senhora Ancha, (:22:10:2003) uma das produtoras afirmou que “este patrão está a roubar-nos e ele sabe que está, é por isso que não quer conversa com os produtores. O governo já sabe pois quando esteve cá o Governador nós apresentamos este problema só que até hoje não há resposta. Eles se conhecem por isso não hão-de responder, nós podemos sofrer mas esses do governo são os primeiros a não nos ajudar.

Este negócio envolve muita mão-de-obra, o equivalente à mais ou menos 312 pessoas de acordo com os dados fornecidos pelos líderes comunitários, o que corresponde a 180 homens e 132 mulheres. Eles e elas produzem a alga denominada cotton e cultiva-se em “machambas” ao longo da praia e a colheita é mensal. Cada machamba consegue entre oito a dez Kilogramas e de acordo com as capacidades, cada família pode ter trinta a quarenta machambas.

Este é um trabalho que envolve esforço familiar, principalmente na hora da colheita. É um dos casos de trabalho conjunto em Pangane e organizado pela família.

Apesar dos conflitos entre o operador e a comunidade, até agora é a única empresa das que lá existe, cuja intervenção abarca a mulher pois, as câmaras frigoríficas que operam na localidade de Pangane não colaboram com a mulher como uma das intervenientes da produção de pescado. Esta atitude justifica-se sob a alegação de que o seu pescado não é requisitado pois, não atinge os padrões previstos pelo comércio internacional.

3.6. Os recursos naturais e/ou pesqueiros e a comunidade

A gestão de recursos pesqueiros¹⁶ em Pangane ou ao longo da costa da localidade é feita pela comunidade. Os habitantes de Pangane, principalmente os pescadores e as pescadoras e todos os que desenvolvem actividades pesqueiras tentam controlar e velar pelos recursos naturais e pesqueiros ali existentes e eles usam o seu conhecimento, o seu saber adquirido na família e na sociedade que é transmitido de geração para geração.

Cadir (25.10.2003), um dos pescadores de Pangane, definiu os recursos pesqueiros como sendo todos os seres vivos e não vivos que se encontram nas águas marítimas.

Alguns pescadores/a afirmaram que se têm deparado com problemas de vária ordem que de alguma forma têm sido a de conflitos e discórdia entre pescadores, agricultores,

¹⁶ Loureiro (2004:1), designa “os recursos pesqueiros como as espécies aquáticas, animais ou vegetais cujo meio de vida normal, ou mais freqüente é a água e que são objecto de actividades de pesca ou aquacultura. Também são designados todos os habitantes aquáticos, com a possibilidade de virem a ser pescados e comercializados, tanto no mercado interno como no externo representando assim valor económica.”

mencionando os chamados “arrastões” os quais durante a noite entram para a sua área de acção e violam o espaço reservado para os artesanais.

Normalmente são os barcos semi-industriais que entram costa adentro atrás de pescado, chegando ao extremo de estragar as redes dos mais pequenos com a maior impunidade e arrogância. Estes, quando surpreendidos, ameaçam a quem lhes aborda e algumas vezes até de morte. Os pescadores nocturnos vigiam a noite e os diurnos vigiam de dia. Há grupos destacados, mas todo aquele que estiver na praia está consciente de que deve velar pelos recursos. Esta gestão de recursos é comunitária, local e tradicional e é produto da iniciativa e organização comunitária. Nunca ouviram falar de gestão de recursos nos moldes modernos e ou co-gestão.

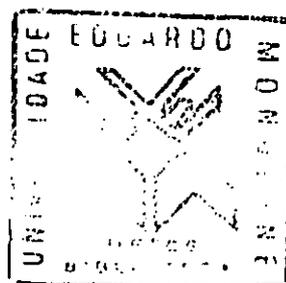
De modo a tentar solucionar este problema dos “arrastões”, os artesanais já notificaram a quem de direito, apresentando a queixa mais do que uma vez mas sem nunca obterem resposta. Os pescadores dizem “como é que eles vão agir se estes barcos são do governo? Não podem nos ajudar em nada só passam a vida a fingir. Nós até já dissemos que também há chineses que invadem nossas águas mas nada, não há solução”.

Entre os pescadores há alguns que são aliciados por comerciantes desonestos e fazem abate das tartarugas e outras vezes matam para a sua própria alimentação, mas não é por desconhecimento porque a população mostrou conhecer as espécies proibidas. Apesar deste controle de recursos por parte da população, não é obedecido o tempo de veda **formal** como tem sido prática em algumas regiões costeiras e até era prática durante o período colonial naquele mesmo local, mas existe um período que vai de Junho/Agosto durante a qual eles consideram que as espécies estão em reprodução e fazem uma pausa prescrita tradicionalmente, para permitir a reposição.

As alegações para o facto são várias sendo de destacar o esforço de pesca devido ao aumento de operadores e embarcações de pesca. Assim sendo, a quantidade de pescado reduziu e a fome em alguns períodos do ano é um facto, agravando a situação da pobreza e da insegurança alimentar das famílias.

“A nível da agricultura não há muito a salvar pois nem sequer há condições para produzir e não se pode gerir o que não se produz. As machambas são desbastadas pelos animais selvagens, tais como: elefantes, porcos, javalis, leões, leopardos entre outros”.

A situação é crítica e o desespero das populações também, pois, há vestígios reais de casas derrubadas, coqueiros, cajueiros, mangueiras, principalmente pelos elefantes. Entre



estes estragos são ceifadas vidas humanas e diariamente circula informação segundo a qual numa determinada aldeia morreu um senhor ou uma senhora que foi triturada por um elefante.

De modo a minimizarem o problema, as populações têm feito escalas de guarnição as machambas só que a percepção que se tem é de que quem a faz, são as mulheres pois normalmente elas é que fazem as machambas. Esta guarnição é feita sob todos os riscos de serem surpreendidos por algum animal, mas também devem garantir que haja um mínimo de segurança alimentar na família e/ou unidade doméstica ou submeterem-se a sucumbirem de fome. É difícil produzir sob pressão, mas é preciso manter a sobrevivência.

“Os chefes comunitários fizeram uma reunião connosco para informar-nos que nós residentes de Simbolango, Nagulue e Cogolo e com pouco impacto em Inguane e Pangane, devemo-nos proteger dos animais mas o estado moçambicano proíbe o abate destes animais que hoje são o nosso transtorno pois segundo eles constituem uma das riquezas do país e o seu abate é punível por lei. Este é um desabafo duma anciã que já perdeu uma filha. Outros informantes continuaram dizendo que prometeram concentrar estes animais no futuro Parque das Quirimbas, que faz parte do mesmo Posto Administrativo mas até hoje desde que vieram lançar a primeira pedra nunca mais cá voltaram e os animais estão a matar todos os dias”.

Aqui estão dois conflitos em jogo, por um lado a preservação do meio ambiente e preservação dos animais selvagens como fonte de riqueza directa e indirecta para o país e, por outro lado a vida e saúde das comunidades que sofrem desse flagelo. É um conflito entre o Estado moçambicano e as comunidades panganenses.

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Propostas e resultados esperados

A compreensão da problemática das relações de género a nível das comunidades pesqueiras de pequena escala, passa necessariamente pela compreensão de todo um conjunto de representações e sua organização estrutural na sociedade.

A localidade de Pangane fica situada na província de Cabo-Delgado, no distrito de Macomia, no Posto Administrativo de Mucojo.

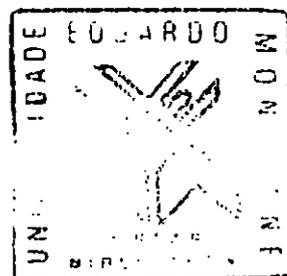
Na problematização do objecto de estudo, concluiu-se que as relações de género entre os panganenses são desiguais e, neste contexto, a Mulher é marginalizada e consequentemente as oportunidades de uns e outros são diferentes.

Este problema da localidade de Pangane e a explicação da estrutura e das relações sociais é uma herança histórica na construção de relações sócio culturais, económicas e políticas que foi sendo passada de geração para geração. Apesar de se verificarem mudanças no concernente à rigidez das acções e na concepção dos fenómenos sociais, através da paulatina diluição das práticas costumeiras ou consuetudinárias, isso ainda não se reflecte de forma directa e significativa na essência da dinâmica social desta população.

A problemática da participação da Mulher na vida económica, política, cultural e social tem sido acompanhada de mitos e tabús, o que inibe de certa forma o seu desenvolvimento social e económico. Uma análise atenta à questão, leva a concluir que a maior parte das restrições e proibições são para a mulher e não para o homem, embora se reconheça que este também é vítima da desigualdade social. Esta vantagem dos homens em detrimento da mulher coloca o último sempre como o primeiro.

É preciso reconhecer que a marginalização da Mulher leva às vezes um cunho de sua própria cumplicidade, mas pensamos que é reflexo do processo de socialização e do fraco acesso à educação formal e da integração e tratamento em sociedade.

Assim sendo, esperamos que este estudo sirva de contributo para que os planificadores, o governo, ONGs e a sociedade civil, enquadrem a localidade de Pangane na agenda de prioridades de intervenção. Da mesma forma esperamos que sirva para que os investigadores, os professores, os académicos, os estudantes, os leitores e os curiosos se



servam desta singela contribuição para diversos objectivos úteis ao desenvolvimento tanto de Pangane assim como da ciência antropológica, em particular, e da ciência no geral.

4.2. BIBLIOGRAFIA

Geral:

ADAMO, Iussuf; COIMBRA, Humberto (1995);

“A pobreza no distrito de Meluco, província de Cabo Delgado”

Centro de Estudos da População, UEM, Maputo

ALBERTO, Daniel Amade (2002)

“Escola formal versus educação tradicional”

Tese de Licenciatura, UEM, Maputo

ANTUNES, A; ESTANQUEIRO, A; VIDIGAL, M; (1995);

“Dicionário Breve de Filosofia”

Autores; Editorial presença; Lisboa

AUGÉ, Marc

“Os Domínios do Parentesco”

Edições 70, Lisboa;

BARATA, Oscar Soares (1974);

“Introdução às Ciências Sociais”

Bertrand Editora, Lisboa

BERNARDI, Bernardo (1974);

“Introdução aos estudos etno-linguísticos”;

Edições 70, Lisboa,

BONATO, N. M da Costa, (1996);

“Educação sexual e sexualidade: o velado e o aparente”;

Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Brasil

CARRILHO, Júlio (2001)

“Um olhar para o habitat informal moçambicano” de Lichinga a Maputo; CEA e desenvolvimento do habitat; Maputo; c-888;

CAUCLUNI, Nestor Garcia

“A produção simbólica”;

CEA; UEM

CHIPENEMBE, Maria Judite Mário (2001)

“Participação comunitária em contexto de pobreza extrema”; (1994-1999)

Associação dos camponeses 25 de Setembro de Mulima (Distrito de Chemba); Maputo

COHEN, Abner (1988)

“O Homem Bidimensional”

Zanar Editores, Rio de Janeiro, Brasil;

COM, (1996);

“Incorporar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e das acções comunitárias”;

Amesterdão, Holanda;

CRUZ, M. Braga, (1989);

“Teoria Sociológica”; In “Os fundamentos e os Clássicos”;

vol I; Lisboa Pags. 391-400;

DEMO, Louro (1996);

“Participação é uma conquista”;

São Paulo, Cortez Editora, 3ª edição;

DICIONÁRIO UNIVERSAL (1999:);

“Língua Portuguesa”

Editora Lda., Maputo,



DNDR (1986);

“Contribuição para análise da Situação das Mulheres e da Criança no Meio Rural”

Maputo, 29 pags.

ELIADE, Mircea (1997);

“O Sagrado e o Profano”

Edição Livros do Brasil; Lisboa,

FOUCAULT, Michel, (1970)

“A Ordem do Discurso”

Edições Loyola, Brasil

FOUCAULT, Michel (1985);

“A História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si”

8ª edição, Rio de Janeiro, Brasil;

FOUCAULT, Michel (1998)[1984]

“O Uso dos Prazeres – A História da Sexualidade”

8ª Edição geral; Rio de Janeiro; Brasil

FRANCISCO, António Álvaro (2002:);

“Desenvolvimento Comunitário”;

1ª edição, Fevereiro; 2002; Maputo

GEERTZ, Clifford (1998);

“A Interpretação das Culturas”;

Editora Guanabara Koogan S.A.; Travessia do Ouvidor; Rio de Janeiro

GUACIRA, Louro (1998);

“Género, Sexualidade, e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista”,

2ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, pags. 15-17,

GONÇALVES, Manuel Luís (2004)

“A História da Pesca em Moçambique”

IDPPE, Maputo

ITURRA; Raul (1977)

“Casamento, ritual e lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa”; (1862-1983);

LOFORTE, Ana Maria (1998);

“Tradição e Modernidade em Moçambique”;

6º Curso Aberto; Texto 2, Maputo, 1998;

LOFORTE, Ana Maria (2000);

“Género e Poder-Entre os Tsonga de Moçambique”;

Edição PROMÉDIA; Maputo

MAHUMANE, José Jorge (2001);

“Subsídio a história do Ibo: arranjo de fundos arquivísticos de Cabo Delgado”;

1891 – 1975, Maputo

MALINOWSKI, B. (1975:42);

“Uma teoria científica de cultura”;

Edições Zahar, Rio de Janeiro;

MATSINHE, Cristiano (2001);

“Antropologia do Desenvolvimento”

colectânea de textos, Volume I, Versão II, UFICS, Maputo,

MAUSS, Marcel (1950);

“Ensaio Sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca das Sociedades Arcaicas”;

In *Année Sociologique*; Segunda Série, 1923-1924, Lisboa

MEILASSOUX, Claude (1977);

“Mulheres, Celeiros e Capitais”;

ANFRONTAMENTO, Coleção, Crítica e Sociedade

NADEL, S.F.; MITCHEL, J. Clyde; MAYER, Adrian C.e outros. (1961);

“Antropologia das sociedades contemporâneas-Métodos”;

Global Universitária, Antropologia, São Paulo, Brasil,

OCDE (1992);

“Shaping structural change. The role of women, para uma exposição da relação entre a segregação do emprego e a rigidez do mercado de trabalho”

In Internet, Maputo, Maio, 2004;

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (1993);

“Ética e Sociabilidade”;

Loyola; São Paulo-Brasil,

OSÓRIO, Maria da Conceição (1990);

“Pesquisa Documental Sobre a Situação da Mulher em Moçambique: Direito a alimentos”

Maputo, Dezembro

PARPA (2001);

“Acção para a Redução da Pobreza Absoluta”

Abril, Maputo

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1988)

“Manual de Investigação em Ciências Sociais”

GRADIVA, 2ª Edição, Lisboa



RITA-FERREIRA, A. (1982);

“Fixação Portuguesa e História Pré-colonial de Moçambique”,
Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982 – 331 pags.

ROSO, Adriane e STREY, Marlene (2001);

“Construções e Perspectivas em Género”
Editora UNISINOS, Brasil

ROSS, Murray G. (1964);

“Organização da Comunidade”
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto alegre, Rio de Janeiro

SEGALEN, Martine (1999);

“Sociologia da Família”
Tradução de Ana Santos; Terramar Editores, cap. 10

SILVA, Calane da; (1986)

“Compreender o Comportamento”
CEA, Maputo

SOUZA, Maria Luiza de (1999);

“Desenvolvimento de comunidade e participação”
São Paulo; Cortez Editor

UNICEF (2004);

“Introdução à Participação Comunitária no Desenvolvimento”
CFA, Módulo I, Maputo

VAN GENNEP, Arnold (1987)

“Os Ritos de Passagem”
Editores Vozes, Brasil

VILHENA, Ernesto Jardim (1905);

“Companhia do Niassa - Relatório e Memórias sobre os Territórios”

Lisboa, Typographia de “A Editora”

Específica:

BOLETIM DA REPÚBLICA (1999);

Decreto n. 16/96; 28 de Maio de 1996; I Série n 21.

CABIBO, Sara (1989)

“Guia de Avaliação do Impacto em Função do Género”

2ª edição, Torino

CASIMIRO, Isabel (1986);

“Transformação nas relações Homem/Mulher em Moçambique – 1960-74, Maputo: Tese de Licenciatura em História”

CEA, UEM

CONCEIÇÃO, R. (2003:25:8);

“Resolução de conflitos nas comunidades de pescadores da zona de Angoche/Moma, Província de Nampula: um estudo de caso”

in SANTOS, Boaventura Sousa; TRINDADE e CARLOS, João (org.)

“Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique”;

Porto. Afrontamento.

DEBEAUVAIS, R.; VAUCLARE, C.; CAMPBELL, J.; ROULLOT, C. (1990);

“Estudo do sector da pesca de pequena escala em Moçambique”;

CEASM, Maputo, Janeiro, IDPPE

DONATO, J.; FLORES, R.B. (1992);

“Programa de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala Em Mar Aberto”

Relatório de Consultoria, Maputo, Outubro

FAIFE, Jorge (2004);

“Tecnologia de Pesca”;

IDPPE, Maputo

GERVÁSIO, Horácio e LOPES, Simião (2000)

“Breve Reflexão Sobre a Mulher na Pesca”;

IDPPE, Maputo, Setembro

IDPPE, (1995:3,4)

«O Sub Sector da Pesca Artesanal», Caracterização, constrangimentos e desafios”;

Maputo, 10 de janeiro

JOHNSTONE, Rouja e CUAMBE, Benigna Gama e GARRET, Amade (2002)

“Avaliação do Papel da Mulher nas Comunidades pesqueiras de Cabo-Delgado”

Av. Marginal nº 141/8 Caixa Postal nº 2473, IDPPE, Maputo.

KRANTZ, L.; SORENSEN, N.K.; OLENSSEN, J.; KOTALOVA, J.; (1988)

“Estudo do sector pesqueiro em Moçambique”;

Maputo; Junho de IDPPE, 1988;

LEITE, A.M.

“Manual de Tecnologia de Pesca”

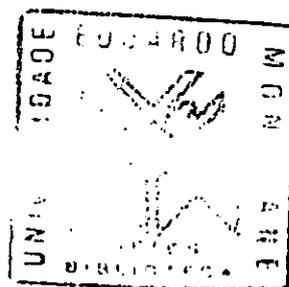
“Secretaria de Estado das Pescas de Portugal”

2ª edição, Lisboa

LILIÇÃO, Barroso (1992)

“Caracterização, Situação Geográfica e Economia”

Fax, Cabo-Delgado



LOPES, S. (1994)

“Crenças mágico religiosos ligadas à pesca de pequena escala na região de Inhassoro”:

Um estudo de caso;

UEM, IDPPE, Maputo

MEDEIROS, E. Da C. (1997),

História de Cabo Delgado e do Niassa, (C. 1836-1929)

Maputo, Central Impressora

MONGELLA, Gertrude (2001),

“Para Além Das Desigualdades – A Mulher Na África Austral”;

SARDC, Harare, Zimbabwe

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO (1994:20, 21),

“Para a Elaboração do Plano Director”,

SEP, Maputo

ANEXO

Área de Estudo: Localidade de Pangane

ALDEIAS DOS PESCADORES

DISTRITO DE MACOMIA - CABO DELAGAO

